

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**“SEGURANÇA PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE MORADORES,
COMERCIANTES E PROFISSIONAIS LIBERAIS SOBRE O SISTEMA
DE VIDEOMONITORAMENTO LOCALIZADO NA AVENIDA
CHAMPAGNAT NO BAIRRO PRAIA DA COSTA”**

AMAURI GONÇALVES REZENDE

ABRIL / VILA VELHA
2016

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**“SEGURANÇA PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE MORADORES,
COMERCIANTES E PROFISSIONAIS LIBERAIS SOBRE O SISTEMA
DE VIDEOMONITORAMENTO LOCALIZADO NA AVENIDA
CHAMPAGNAT NO BAIRRO PRAIA DA COSTA”**

Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

AMAURI GONÇALVES REZENDE

ABRIL / VILA VELHA
2016

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

R467s Rezende, Amauri Gonçalves.

“Segurança Pública: a percepção de moradores, comerciantes e profissionais liberais sobre o sistema de videomonitoramento localizado na Avenida Champagnat no bairro Praia da Costa.” / Amauri Gonçalves Rezende. – 2016.

84 f. : il.

Orientadora: Dr^a. Ana Paula Rabello Lyra.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) – Universidade Vila Velha, 2016.

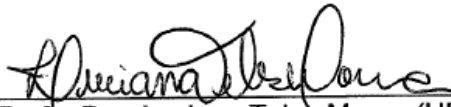
AMAURI GONÇALVES REZENDE

**SEGURANÇA PÚBLICA: A PERCEPÇÃO DE MORADORES,
COMERCIANTES E PROFISSIONAIS LIBERAIS SOBRE O
SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO LOCALIZADO NA
AVENIDA CHAMPAGNAT NO BAIRRO PRAIA DA COSTA**

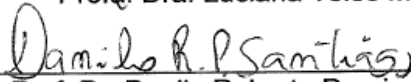
Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
Graduação em Segurança Pública,
para obtenção do grau de Mestre
em Segurança Pública.

Aprovada em 28 de abril de 2016.

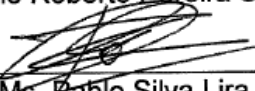
Banca Examinadora:



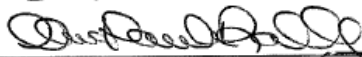
Prof. Dra. Luciana Teles Moura (UFES)

x 

Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago (UVV)



Prof. Ms. Pablo Silva Lira (UVV)



Prof. Dra. Ana Paula Rabello Lyra (UVV)
Orientadora

RESUMO

REZENDE, Amauri Gonçalves, M.Sc., Universidade Vila Velha - ES, abril de 2016.
“Segurança Pública: a percepção de moradores, comerciantes e profissionais liberais sobre o sistema de videomonitoramento localizado na Avenida Champagnat no bairro Praia da Costa”.

Orientadora: Ana Paula Rabello Lyra. Co-orientador: Pablo Silva Lira

O presente trabalho procurou analisar a percepção de segurança promovida pelo município de Vila Velha à comunidade local através do sistema de videomonitoramento e sua utilização como apoio à segurança pública de forma preventiva e não letal. Buscou-se para tanto, um recorte a partir do videomonitoramento e seu impacto na vida dos moradores de uma parcela do bairro Praia da Costa, Vila Velha, ES, mais precisamente no trecho da Avenida Champagnat compreendido entre a Rua Prof. Telmo S. Torres e Av. Hugo Musso. Neste contexto adotou-se como estratégia a verificação inicial da função social desses dispositivos, ou seja, a mudança causada no comportamento das pessoas, e nos índices de violência urbana, a partir da identificação do problema referente a real eficácia do referido dispositivo de videomonitoramento na inibição da sensação de insegurança e medo. O processo utilizou a pesquisa de observação e questionários aplicados aos moradores da região pesquisada e às autoridades responsáveis pela implementação do referido dispositivo de monitoramento, como recurso para obtenção dos dados necessários. Os dados coletados foram tratados, no sentido de dar respostas da percepção do sistema de videomonitoramento na ótica da comunidade pesquisada, bem como a confrontação dessa ótica com os registros dos mapas de crimes contra o patrimônio e contra as pessoas nos últimos três anos, e a posição das autoridades, frente ao sistema de videomonitoramento na região de estudo. Como resultado final, houve na região estudada, uma melhoria considerável nos números de crimes contra o Patrimônio e contra as pessoas, conforme os registros mostraram, porém, essa percepção da população pesquisada não condiz com essa melhoria.

Palavras-chave: Videomonitoramento. Percepção da segurança. Câmeras de vigilância. Segurança pública. Violência urbana.

ABSTRACT

REZENDE , Amauri Gonçalves, M.Sc., University Vila Velha - ES , April 2016 .

" Public Safety : the perception of residents , traders and professionals of the video surveillance system located at Avenida Champagnat in Praia da Costa district ."

Supervisor: Ana Paula Rabello Lyra . Co -supervisor : Pablo Silva Lira

This study aimed to analyze the perception of security by the local community promoted by the municipality of Vila Velha through video surveillance system and its use in support of preventive nonlethal public safety. In the way to attempted to do so, it was defined to study the video surveillance and its impact on the lives of residents of a portion of Praia da Costa neighborhood, Vila Velha, ES, precisely on Avenida Champagnat stretch between the Rua Prof. Telmo S. Torres and Av. Hugo Musso. In this context, it was adopted a strategy of an initial verification of the social function of these devices, that is, the change caused in people's behavior and on the urban violence rates, starting from the problem identification regarding the actual effectiveness in inhibition of the sense of insecurity and fear of that video surveillance device. The process used observation research and questionnaires given to residents of the area surveyed and to the authorities responsible for implementing the said monitoring device as a resource for obtaining the necessary data. The data collected were treated in order to respond the perception of video surveillance system in the view of the community studied, as well as the confrontation of this perspective with the records of the maps of crimes against property and against individuals in the last three years, and the position of the authorities, towards the video surveillance system in the proposed study area. The result was the study area; a considerable improvement in the numbers of crimes against equity and against the people, as the records show, but this perception of the studied population, does not fit this improvement arises from a return given by the system video surveillance.

Key words: Videomonitoring. Security awareness. Câmeras surveillance. Publicsafety. Urban violence.

LISTA DE FIGURAS

Figura1 - Fórmula para cálculo de população finita.....	15
Figura 2 - Região Administrativa 01 do Município de Vila Velha, ES.	21
Figura 3 - Delimitação da área de abrangência deste estudo.	22
Figura 4 - Notícia de assalto na área de estudos	23
Figura 5 - Crimes contra o Patrimônio	25
Figura 6 - Crimes contra a Pessoa	26
Figura 7 - Gráfico de Avaliação da Segurança	33
Figura 8 - Gráfico -Questão 2	34
Figura 9- Gráfico Questão 4	37
Figura 10 – Gráfico Questão 5	38
Figura 11– Gráfico Questão 6	39
Figura 12 – Gráfico Questão 7 - parte a	41
Figura 13 – Gráfico Questão 7 - parte b	42
Figura 14 – Gráfico Questão7 – parte c	43
Figura 15 – Câmera Av. Hugo Musso	44
Figura 16 – Câmera – Rua Prof. Telmo S. Torres	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 METODOLOGIA.....	12
2 O CENÁRIO DO MEDO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	17
2.1. A FRAGILIDADE URBANA NO CENÁRIO DO MEDO.....	17
2.2. A VULNERABILIDADE NAS REGIÕES FORMAIS DA CIDADE	20
3.ALTERNATIVAS PÚBLICAS CONTRA A INSEGURANÇA URBANA	28
3.1 AÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	29
3.1.1 O Plano Nacional de Segurança Pública	29
3.2. OS DISPOSITIVOS DE MONITORAMENTO COMO ALTERNATIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA	30
4.A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DIANTE DAS ALTERNATIVAS DE CONTROLE	32
4.1 A PERCEPÇÃO DO PANOPTISMO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA	32
4.2. A COMUNIDADE DA PRAIA DA COSTA DIANTE DO CENÁRIO DE CONTROLE	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	50
ANEXO	54
APÊNDICE	61

1 INTRODUÇÃO

O Estado do Espírito Santo passou por três ondas de crescimento que contribuíram para alterar a dinâmica urbana de suas cidades. Teve início com uma estrutura econômica fundada na base da cafeicultura e predominantemente rural, passando daí para uma segunda onda, a partir da década de 1970 com a implantação das Grandes Indústrias Siderúrgicas na Região da Grande Vitória, e chegando à terceira e mais recente onda com o advento do Petróleo e Gás. A partir da desestruturação do setor agrário, observou-se uma grande migração de pessoas vindo de estados que fazem fronteira com o Espírito Santo, como Bahia e Rio de Janeiro, em busca de novas oportunidades de emprego, ocasionado pelo início da industrialização com a chegada de uma grande mineradora e uma grande empresa siderúrgica na região metropolitana do Estado.

Verificou-se neste contexto a ausência de ações para a implementação de políticas urbanas e sociais adequadas e compatíveis às novas demandas de habitação, trabalho, lazer e mobilidade que surgia (SANTOS; SILVEIRA, 2002). Os problemas advindos da explosão demográfica que sucedeu este período agravaram os problemas sociais e intensificou a violência no cenário urbano e segregado que se expandia nas cidades. Surgiram a partir de então estudos e iniciativas institucionais de órgãos públicos e privados para identificar e inibir as causas que levaram a esse fenômeno.

Dentre os referidos estudos surgem aqueles que procuram identificar a origem do comportamento criminoso, como os da escola de Chicago, com estudos direcionados a investigar os fenômenos sociais das cidades a partir da expansão acelerada das ocupações urbanas do período pós-revolução industrial. Estudos que surgem como teoria que critica junto a Escola Liberal Clássica da Criminologia os de Cesare Lombroso que atribuía às características físicas de um indivíduo a tendência natural à delinquência. Nesta fase posterior da Escola Clássica, as opções individuais e os ambientes é que passam a figurar como influências potenciais do comportamento criminoso. (SCHECAIRA, 2011).

Independente do motivo os números crescentes de crimes e sua massiva divulgação por parte dos meios de comunicação passam a se refletir no comportamento da sociedade urbana que fragilizada incorpora a cultura do medo ao seu dia a dia. Para Bauman (2009) boa parte desta situação está atrelada ao cenário das cidades contemporâneas, para o autor, o desenvolvimento urbano deveria vir a partir da integração dos diversos grupos sociais, pois, “quanto mais nos separamos de nossas vizinhanças imediatas, mais confiança depositamos na vigilância do ambiente”.

Nesse contexto, Michel Misse (2010), faz uma análise muito interessante a respeito da “sujeição criminal” ocorrida com certas populações, e que ele diz ocorrer a partir de um complexo processo de “acumulação social da violência”.

É como se alguns fatores sociais se alimentassem reciprocamente em algo como uma causação circular acumulativa, gerando, de um lado, acumulação de desvantagens para um segmento da população e, de outro, estratégias aquisitivas partilhadas tanto por agentes criminais quanto por agentes encarregados de reprimi-los, de um modo que ganhou diferentes graus de legitimação em importantes camadas da sociedade mais abrangente. Além da associação entre acumulação de desvantagens e incriminação preventiva de certos “tipos sociais”, desenvolveu-se um persistente processo de “sujeição criminal” de uma parcela de agentes de práticas criminais. Tal dinâmica terminou por constituir algo como uma “cultura” associada a esses sujeitos. (MISSE, 2010, p.18).

A ideia de “sujeição criminal” citada por Misse (2010), neste caso, serviria para perceber a segregação espacial que se faz em relação a certos “tipos sociais”, considerados perigosos, e que as câmeras teriam a função de mantê-los afastados, vigiando e monitorando seu deslocamento e suas ações.

É neste cenário de “periculosidade inerente” aos moradores de certos bairros, habitantes de espaços geográficos onde se percebe a “acumulação de desvantagens”, que surge a busca por meios de vigilância complementares aos disponibilizados pelo poder público para garantir proteção contra o “perigo” eminente dos espaços urbanos das cidades contemporâneas. Investiu-se então em dispositivos de vigilância, com o objetivo de ajudar nesse combate à violência, dentre eles o sistema de videomonitoramento, cuja percepção por parte dos moradores é objeto de análise deste estudo.

Estudo este que se insere no âmbito das pesquisas que ampliam o foco do comportamento criminoso do infrator e da vítima alvo de um delito para o contexto em que o delito propriamente dito ocorre. Neste contexto, o ambiente favorável ao referido delito passa a ser alvo da análise, tendo em vista o número de ocorrências crescentes, especialmente de crimes contra o patrimônio nas áreas ditas formais das cidades contemporâneas, aquelas em que surgiram e se consolidaram a partir de um planejamento urbano de seus usos e ocupações.

Pesquisa que se baseia na hipótese de que o espaço geográfico tenha alguma relação com esta realidade crescente da violência urbana, pois parte do princípio de que o ambiente tem esta influência no comportamento humano, considerando que 'o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima' (SANTOS, 2008, pag.38), podendo, a partir de seus resultados, contribuir para rever as ações das políticas de segurança pública na gestão das áreas urbanas e no caso específico desta pesquisa, na própria percepção dos moradores em relação à segurança que o espaço que transitam e convivem oferece.

[...] a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. (SANTOS, 2008, p.69).

Com base nesta definição de espaço, as câmeras de videomonitoramento ganham um significado e uma importância muito grande num possível condicionamento comportamental, talvez até alterando o índice de criminalidade. Isso pode contribuir para uma compreensão do que motivou o poder público a instalar dezenas de câmeras na Praia da Costa, argumentando aquela "proteção" citada por Misse (2010). Surgem assim algumas questões relacionadas à influência do espaço geográfico na gestão territorial da segurança, como a preocupação maior em gerir a segurança em bairros nobres, como a Praia da Costa, por ser área onde os índices de ocorrências contra o patrimônio são mais evidentes, e se esse fator influencia na percepção das pessoas que trabalham e moram na região sobre a segurança no bairro.

Contexto este que nos remete ao caráter ‘disciplinar’ destacado por Foucault (2009) em sua obra “Vigiar e Punir” e ao panóptico de Bentham que inaugurou a sociedade de controle hoje disseminada pelos dispositivos de monitoramento eletrônicos através das câmeras instaladas pelas cidades.

Situação que procura transmitir uma segurança, que na verdade se configura como uma liberdade vigiada questionada por alguns por ultrapassar a fronteira entre o público e o privado, penetrando a intimidade dos indivíduos. Dessa forma fica a pergunta se as câmeras em lugares públicos estavam sendo percebidas como eficazes na redução de insegurança e dos crimes da região ou se estariam sendo percebidos como invasão de privacidade ou um meio, um “dispositivo” a fim de manter o controle local.

As respostas supostas para o problema sobre a eficácia da sensação de segurança e efetiva redução da violência na área de estudos até então era de que os registros referentes aos índices de criminalidade na área estudada demonstrassem uma redução a partir da implementação dos referidos dispositivos e de que os moradores, Profissionais Liberais e comerciantes locais confirmassem através das respostas às entrevistas que de fato passaram a circular de forma mais tranquila e segura pelo bairro.

Outras fontes de resposta possíveis consideradas foram a eventual sensação de segurança desfrutada pela população que frequenta e reside nesta área, em reconhecimento a um resultado prático desse dispositivo, se considerados como solução para investigações criminais ocorridas no bairro e adjacências, já que as imagens registram pessoas e veículos que transitam pelas áreas de uso público, e permitem em tempo real o envio de patrulhas para repressão aos delitos flagrados pelos dispositivos de vigilância.

Partindo das evidências de que as câmeras de vigilância estão cada vez mais presentes na vida das pessoas nas cidades e utilizadas como estratégia nas ações de segurança pública locais, este trabalho se propôs, como objetivo geral, analisar a percepção de segurança promovida pelo sistema de videomonitoramento utilizando como recorte para investigação o trecho da Avenida Champagnat, compreendido

entre a Rua Telmo S. Torres e Av. Hugo Musso entre os números 190 e 645 desta via.

A partir dessas premissas procurou-se estabelecer de forma mais específica outros objetivos compreendidos nesta investigação, como identificar e analisar os registros de ocorrências nas áreas de utilização do dispositivo de videomonitoramento, buscando encontrar um argumento legitimador para o suposto auxílio oferecido pelo sistema. Buscar também compreender se a instalação dos dispositivos ao menos impactou positivamente na percepção de segurança dos moradores, comerciantes e profissionais liberais que moram ou circulam pelo trecho estudado do bairro.

Nesse contexto, a pesquisa foi então estruturada de forma a identificar através da distribuição espacial dos dispositivos de monitoramento implantados no bairro, comparando os pontos de registro de ocorrência aos pontos onde foram implantados os dispositivos, e as características morfológicas da região, aquela em que se situava em um trecho da cidade formal, planejada, cuja hierarquia viária era arterial com fluxo intenso de pessoas e usos caracterizados como mistos. Tal configuração foi utilizada como critério para seleção da parcela que seria objeto deste estudo. As respostas ao problema sobre a eficácia da utilização do sistema de videomonitoramento, pelo menos quanto ao afastamento dos “criminosos”, seriam dadas na medida em que os registros referentes aos índices de criminalidade na área estudada demonstrassem uma redução desde a implementação dos referidos dispositivos.

A relevância do projeto se destaca diante de uma urgência em frear os índices de criminalidade, num determinado momento histórico em que o Estado adota como estratégia, elementos materiais de controle e coerção, identificados neste trabalho por dispositivos, para responder estrategicamente a esta urgência. Percebe-se assim a necessidade de avaliar os resultados práticos desses elementos no combate à criminalidade e na transmissão da sensação de segurança à comunidade.

Num primeiro momento, o presente trabalho se propôs a refletir teoricamente sobre a configuração deste cenário de modo que se instalou na cidade contemporânea a

ponto de fazer emanar os diversos dispositivos de videomonitoramentos privados e públicos distribuídos pelas edificações residenciais e comerciais dos bairros formais deste cenário urbano. Em seguida, a reflexão se concentrou nas ações e estratégias das Políticas de Segurança Pública de prevenção da violência urbana, com foco nos dispositivos de segurança, buscando definí-los e compreendê-los dentro do contexto sociocultural em que estamos inseridos.

A partir da compreensão do cenário espacial da insegurança e do medo associada às consequentes respostas que mobilizaram os setores da Segurança Pública, partiu-se para análise dos dados relativos à violência na área de estudos e da percepção de violência por parte da comunidade interessada.

1.1 METODOLOGIA

De acordo com Gil (2002), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Portanto a metodologia vai especificar como os objetivos específicos serão alcançados. As partes constitutivas da metodologia são a amostragem e as formas de coleta, de organização e de análise dos dados.

Para a classificação dessa pesquisa, tomou-se como base a taxionomia apresentada por Gil (2002), que a qualifica em relação a quatro aspectos:

Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois envolve conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, e também envolve verdades e interesses locais, como por exemplo, uma análise sobre o posicionamento das câmeras, questionamento com a utilização de entrevistas aos moradores e trabalhadores locais, e no segundo aspecto contempla a abordagem do problema, sendo uma pesquisa quantitativa, pois requereu o uso de recursos e de técnicas estatísticas, possibilitando desse modo um maior rigor e controle científico, o que nesse estudo compôs a comparação dos pontos de registro de ocorrência e resolatividade às respostas referentes a percepção de segurança promovida pelos dispositivos de videomonitoramento instalados em uma dada parcela da área de estudos.

Também pode ser considerada uma pesquisa qualitativa devido ao reconhecimento da subjetividade do pesquisador, e que considera a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados que nessa pesquisa ficou atrelada à verificação dos critérios utilizados pelos órgãos de segurança pública para definição dos itens de controle da violência urbana, permitindo dessa forma flexibilidade e criatividade na coleta e análise de dados.

Quanto ao terceiro aspecto do ponto de vista dos objetivos, essa pesquisa, envolveu ainda além do levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Sendo também descritiva, pois ao descrever as características de determinada população, estabelecendo relação entre as variáveis, e envolvendo também o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática, assumindo em geral a forma de levantamento.

No quarto e último aspecto pode-se classificar este estudo, quanto aos procedimentos técnicos, como sendo uma pesquisa bibliográfica, pois foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet.

Também se trata de uma pesquisa documental por ter sido elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico tais como documentos do setor público, privado que são de primeira mão e não foram analisados, e os de segunda mão que já passaram por uma análise e também nesse contexto, essa pesquisa contempla o levantamento, por envolver a interrogação direta das pessoas cujo comportamento deseja-se conhecer.

Como metodologia para análise e verificação dos resultados práticos da eficácia desses dispositivos de videomonitoramento no combate à criminalidade e na transmissão da sensação de segurança à comunidade, foi utilizado o método empírico de observação das características da área de estudos bem como aplicado um questionário para a comunidade e outro para o Secretário de Segurança do Município de Vila Velha, responsável pelo videomonitoramento da cidade.

O Questionário foi composto por 08 (oito) perguntas (APENDICE1), sendo 06 questões fechadas e 2 questões abertas, cujo método estatístico de amostragem utilizado foi o probabilístico aleatório considerando uma população finita, representado pela fórmula da figura 01; e a entrevista, também composta por 8 (oito) perguntas, porém abertas para possibilitar melhor apreensão das informações relacionadas aos objetivos, benefícios e funcionamento do sistema de videomonitoramento eletrônico proposto pelo município.

A pesquisa foi realizada, compondo-se assim das duas partes descritas a seguir:

a) Aplicação de um Questionário Anônimo:

O questionamento foi realizado com o objetivo de avaliar a percepção dos moradores, comerciantes e Profissionais Liberais que vivem e atuam na Avenida Champagnat, no trecho compreendido entre as ruas Prof. Telmo S. Torres (nº 645) e Avenida Hugo Musso (nº 190), em relação a estratégia de segurança promovida pelo município através do sistema de videomonitoramento e seu impacto na vida dessas pessoas.

Dessa forma procurou-se dividir a pesquisa de acordo com os segmentos abaixo:

- Residencial
- Comercial
- Profissionais Liberais que atuam na área de estudo

Para levantamento dos dados e confiabilidade das respostas foi elaborado um questionário anônimo (APENDICE1), sendo o instrumento sigiloso, garantindo total liberdade para as respostas dos moradores, comerciantes e Profissionais Liberais que atuam na área pesquisada. O questionário foi composto de oito perguntas, sendo seis dessas fechadas e duas abertas:

- Avaliação sobre a segurança no trecho delimitado
- Sensação de segurança
- Conhecimento sobre a instalação do sistema de videomonitoramento
- Avaliação da eficiência do sistema de videomonitoramento

- Sensação de se sentir vigiado pelas câmeras
 - Câmeras usadas para outra finalidade
 - Opinião sobre o que é necessário para promover a segurança naquele trecho.
- b) Entrevista (APENDICE3) com o Secretário de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito de Vila Velha – ES, Tenente Coronel Alexandre Ramalho sobre o Sistema de videomonitoramento, implantado em 2009 pelo até então Secretário de Segurança Pública Sr. Ledir Porto com o intuito de saber quais foram os objetivos dessa implantação e confrontar os resultados da pesquisa com os resultados apurados no questionário aplicado à comunidade local.

A aplicação do questionário, entrevista e Observações no trecho compreendido entre a Rua Prof. Telmo S. Torres e a Av. Hugo Musso foram realizadas entre 23 de março e 06 de abril de 2016. Essa pesquisa foi feita pelo autor do trabalho, que recebeu todo apoio dos moradores, bem como dos empresários, seus colaboradores e Profissionais Liberais que atuam na área estudada.

A forma de cálculo da amostra levou em consideração a proporcionalidade dos segmentos, baseado em levantamento feito na área de estudo, conforme fórmula ilustrada na figura 01, a seguir:

Figura 1: fórmula para cálculo de população finita.

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$

n = tamanho da amostra
 Z – Valor obtido da distribuição normal para uma determinada confiabilidade;
 p = probabilidade de sucesso na distribuição binomial;
 q = probabilidade de fracasso na distribuição binomial;
 N = tamanho da população;
 d = margem de erro admitida na pesquisa

Fonte: (LEVIN, 1987) a partir de consultoria estatística prof. MscNilton Dessaune Filho¹

¹ Prof. Nilton Dessaune Filho possui mestrado em Estatística e Métodos Quantitativos pela Universidade de Brasília (1983). Atualmente é Assistente de Reitoria.. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística Aplicada, Fonte: Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/7577093005584565>> Acesso em: março 2016.

Nesta pesquisa, para o cálculo do tamanho da amostra (número de entrevistas) foi utilizada uma margem de erro de 10%, para mais ou para menos, em um intervalo de confiança de 95%. Considerando que a população entrevistada na região é composta de 179 pessoas e utilizando o valor de p e q igual a 50% (admitindo variância máxima), chegou-se a 63 que responderam o questionário.

Foram respondidos e validados sessenta e três questionários. O método de amostragem utilizado para seleção dos entrevistados foi o probabilístico aleatório, com quotas proporcionais para os segmentos comercial, residencial e de profissionais liberais, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1- Distribuição dos segmentos do questionário aplicado.

Segmentos	População	Amostra
Comercial	36	12
Residencial	93	33
Profissionais Liberais	50	18
Total	179	63

Fonte: elaborado pelo autor (2016).

Após coleta dos dados foi feita a análise dos resultados seguindo o seguinte critério:

- Elaboração de tabelas com as questões respondidas pelos três segmentos que se dividiu a pesquisa, para posterior análise em cada segmento separadamente;
- Elaboração de gráficos em que se confrontaram cada questionamento nos três segmentos da pesquisa, com análise sobre os resultados.
- Confronto dos resultados alcançados pelo mapa de crimes contra o patrimônio (somatório de roubos e furtos) nos anos de 2013, 2014 e 2015, e mapa de crimes contra a vida (somatório de homicídios, tentativa de homicídio, Lesão corporal e ameaça), nos anos de 2013, 2014 e 2015, na região pesquisada através de informação fornecida pelo SESP/GEAC, com os resultados do questionário junto aos segmentos pesquisados, bem como a entrevista concedida pelo Secretário de Segurança de Vila Velha, Tem. Coronel Alexandre Ramalho (Anexo2).

2 O CENÁRIO DO MEDO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Este capítulo procura apresentar uma reflexão sobre o cenário atual de medo que afligem as comunidades urbanas contemporâneas, com o intuito de contribuir para uma compreensão em relação ao contexto em que se baseia a presente pesquisa.

A composição dos temas abordados a seguir constitui inicialmente o embasamento teórico necessário para compreensão do fenômeno do medo diante das características físicas e sociais deste cenário da cidade contemporânea que vivemos, e segue com foco na realidade da área que é objeto de estudos desta pesquisa, caracterizada por um crescimento formal do tecido urbano que segue as diretrizes estabelecidas no ordenamento de uso e ocupação do solo estabelecido pelo município de Vila Velha enquanto se constitui em espaços vulneráveis do cenário local.

2.1. A FRAGILIDADE URBANA NO CENÁRIO DO MEDO

A expansão acelerada das ocupações urbanas das regiões metropolitanas tem resultado em um cenário urbano adensado onde o espaço público vem sendo suprimido pelos leitos carroçáveis, as vias destinadas ao trânsito de veículos que ainda persistem assim denominadas em alguns códigos de obras municipais, e pelos equipamentos públicos que competem espaço com as pessoas.

Para Bauman (2009), cidade dos nossos tempos transformou esse espaço num lugar de medo e insegurança. Nela o cidadão passou a ser apartado por marcas urbanas da indiferença refletidas nas edificações introspectivas, enclausurada e no comportamento das pessoas que transitam cada vez menos pelas ruas da cidade e quando o fazem mantém isoladas e resistentes ao contato com o outro.

Realidade vivenciada na cidade contemporânea que inverte o significado de vizinhança que a primeira geração da população ainda relata. Encontros e permanências nas calçadas, conversas entre vizinhos sentados diante de suas

edificações, brincadeiras de ruas vivenciadas pelas crianças já não são mais comuns de serem encontradas nos bairros formais da cidade contemporânea. Bairros que cresceram e se desenvolveram, verticalizando-se de acordo com os índices e coeficientes urbanísticos previstos nos planos diretores locais. Edifícios que passaram a incorporar o lazer aos limites de seus muros, protegidos da violência que passou a compor estratégias de vendas do mercado imobiliário dos grandes centros urbanos.

Mais do que qualidade e atratividade são prerrogativas dos espaços da cidade assegurar condições de segurança para sua apropriação e uso. Como destacado na afirmação de Wekerle e Whitzman (apud MARCUS; FRANCIS, 1998, p.7) “O medo do crime mantêm as pessoas fora das ruas, especialmente após o anoitecer, e de parques, praças e do transporte público. É uma barreira substancial para a participação na vida pública da cidade.” A insegurança tem sido um dos principais fatores que minam a vida dos espaços urbanos, impedindo o desenvolvimento de uma cidade viva. As consequências dessa mazela urbana são percebidas principalmente no ambiente das ruas e espaços livres públicos.

Em seu livro, *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs (2011) destaca como as relações estabelecidas nas calçadas e ruas com seus usos e usuários interferem na sensação de segurança transmitida pelo espaço. Esses elementos são classificados em três importantes características que devem ser garantidas para a criação de espaços públicos de sucesso: clareza nos limites entre espaço público e privado; os “olhos na rua” possibilitados pela presença e vigilância espontânea da comunidade local e a implantação de edifícios voltados para rua e com elementos que proporcionem a vigilância natural da rua.

As ruas e vias, assim como os espaços livres no conjunto com os edifícios, podem ser consideradas os elementos de maior influência na forma das cidades, pois são eles que caracterizam e definem a malha urbana, as quadras, e atribuem identidade a determinada localidade ou cidade.

Autores como Zygmunt Bauman e Jan Gehl apresentam a perspectiva crítica de análise dos fatores que constituem um cenário urbano frágil a partir da cultura do medo que se instalou com a evasão dos espaços urbanos.

As cidades contemporâneas que se configuram de maneira a reproduzir a forma da especulação imobiliária adensada e de acordo com os critérios de ocupação estabelecidos no Plano Diretor em um caminho contrário a constituição de lugares livres e atrativos ao uso público, constituem-se em ambientes favoráveis à insegurança. As câmeras de videomonitoramento entrariam nesse contexto como panóptico garantidor dessa ordem de coisas.

Incapazes de resolver os seus “problemas”, os cidadãos passam a procurar supri-los nas promessas mercadologicamente montadas para isso, criando o que Bauman (2009) chama de uma verdadeira “mixofobia” – o desejo de segurança, que se confunde com o isolamento e com a suspeita crescente com relação ao “outro” e ao “diferente”. Nada de mistura nem de aproximações. Somente os muros e os condomínios fechados podem, nessa perspectiva, resolver o problema das pessoas. (MENEZES, 2012, p.352).

Vila Velha, acompanhando a agenda urbanística do capitalismo global, corresponde a muitos dos aspectos analisados pelos autores citados, entre eles a cultura do medo com a conseqüente proliferação das câmeras de videomonitoramento privadas e públicas. Bauman (2009, p.78) salienta que nas cidades os problemas “criados e não resolvidos pelo espaço global se tornam perceptíveis”, pelo inchaço dos grandes centros urbanos provocado pelo acentuado êxodo rural. Vila Velha experimentou e ainda experimenta muito desses problemas, tentando resolvê-los da mesma maneira que outras cidades ao redor do mundo tentaram resolver.

Bauman (2009) e Lira (2014) também abordam as implicações sociais da arquitetura que nasce com a cultura do medo, da incerteza e do risco. A arquitetura do medo tende a uniformizar os espaços modernos planejados pelos arquitetos e administradores públicos modernos, que privilegiavam o acesso e o convívio público, são reconstruídos em prol da uniformização dos residenciais vigiados pelas câmeras de segurança, atravessadas por muros e cercas eletrificadas. As praças e os espaços urbanos de convívio social perdem a sua significação e são fortemente contestados pelas novas gerações, aquelas que, justamente, mais sofrem com esse próprio esvaziamento urbano.

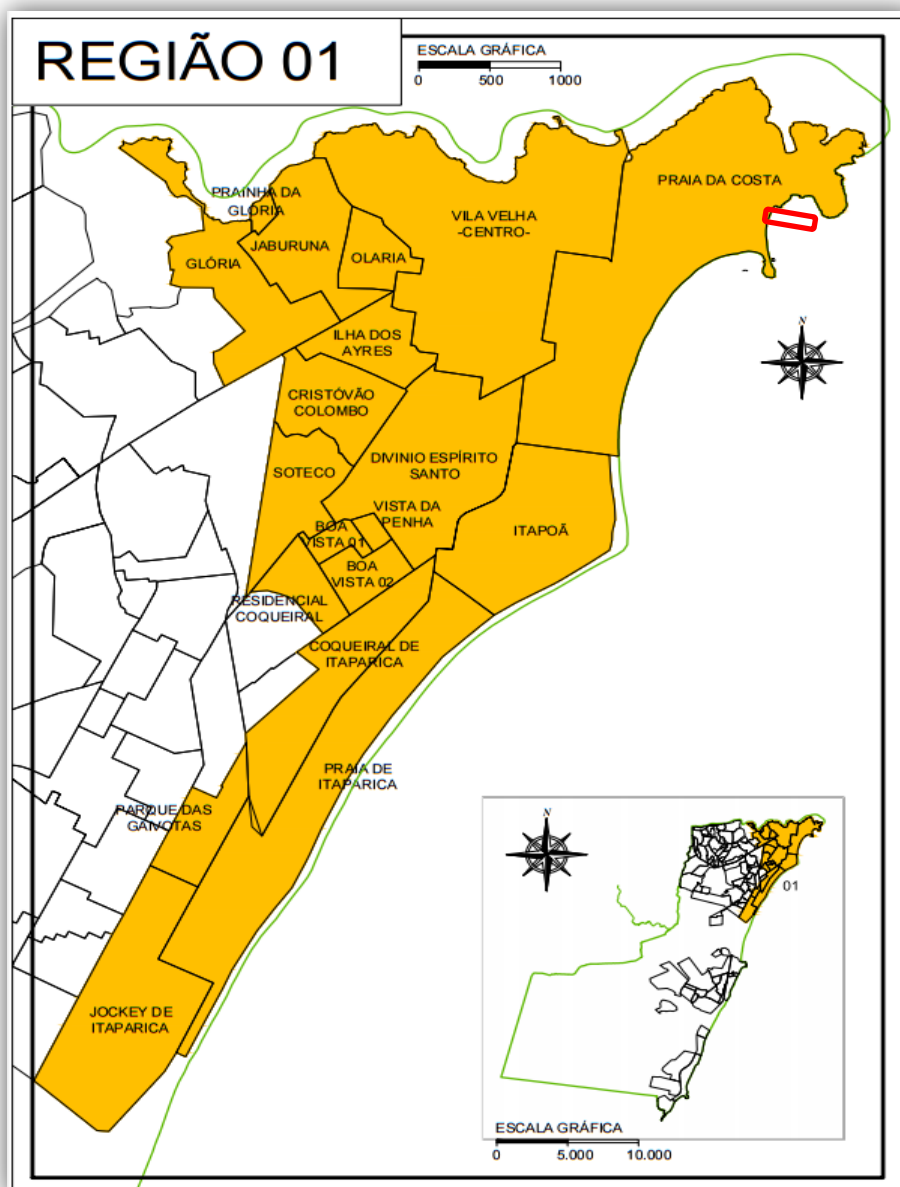
Em Vila Velha ainda resta a praia como espaço de convívio coletivo dos habitantes da cidade, no entanto, por ser local de encontro dos diferentes, é o local mais vigiado da cidade, com câmeras espalhadas por toda a orla, alto-falantes que transmitem a mensagem de que estamos todos sendo vigiados e policiamento ostensivo, legitimando a percepção da periculosidade do encontro com o diferente.

2.2 A VULNERABILIDADE NAS REGIÕES FORMAIS DA CIDADE

Em seu livro *Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Teresa Caldeira desenvolve uma abordagem que versará sobre os tópicos referentes à vulnerabilidade das regiões fragmentadas da cidade que ao reproduzirem os elementos característicos da “arquitetura do medo” constituem-se em bairros isolados com edificações compostas por muros, cercas eletrificadas, câmeras de vigilância e todos os mecanismos possíveis de segregação que as tornam introspectivas. Situação que gera padrões de segregação espacial favorável à ocorrência de crimes violentos decorrentes das ilhas criadas e consequente evasão das pessoas nos caminhos de acesso as mesmas e ainda pela própria falência do estado de direito (CALDEIRA, 2000). Realidade que nesta pesquisa pode ser identificada na região que engloba o bairro Praia da Costa em Vila Velha, objeto deste estudo.

À medida que as políticas de ordenamento do território favorecem a proliferação do cenário descrito acima, crescem ainda mais os registros característicos daquela arquitetura introspectiva do medo, identificadas também no trecho individualizado para esta pesquisa. Trecho este localizado em uma parcela do bairro Praia da Costa, classificado como parte da região 01 do município, ocupada pela maior população economicamente ativa do município e com a concentração do maior número de domicílios particulares permanentes ocupados desta regional (SEMPLA, 2010).

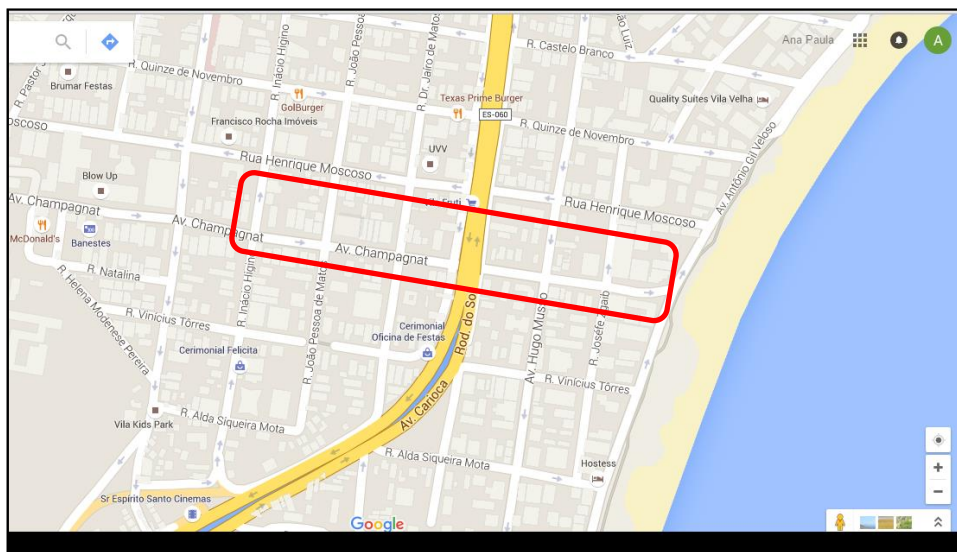
Figura 2 - Região Administrativa 01 do Município de Vila Velha, ES.



Fonte: SEMPLA, 2013.

A imagem abaixo ilustra a área delimitada para este estudo e é caracterizada por um uso predominantemente comercial e de serviços que ocupam as bordas do eixo arterial da Av. Champagnat que conecta o setor das indústrias de confecções, calçados e de chocolates do Bairro da Glória à orla da Praia da Costa. A velocidade e dimensão da via intensifica a ruptura do tecido urbano dificultando formas de integração das duas margens. A ocupação concentrada ao longo deste trecho possui usos onde predomina o horário de funcionamento comercial tornando-se vazio da apropriação de pessoas nos demais turnos do dia.

Figura 3 - Delimitação da área de abrangência deste estudo.



Fonte: Google Maps, 2016.

As edificações deste trecho são caracterizadas em sua maioria por empenas cegas e protegidas por alarmes e circuitos de monitoramento eletrônicos o que reforça às pessoas que transitam pela área a imagem de insegurança do local. Imagem esta que se torna ainda mais vulnerável na medida em que acumula sinais de abandono com pontos de concentração de lixo acumulados nas calçadas, pichações e pavimentação das vias de pedestres depredadas.

Esse cenário frágil de medo e desconfiança é reiterado pela mídia que explora nas notícias de violência urbana os casos de crimes ocorridos na cidade (Figura 04). Não obstante, complementam-se a esta realidade os números que registram as ocorrências de crimes contra o patrimônio crescentes na região do bairro Praia da Costa (Tabela 02).

Figura 4 - Notícia de assalto na área de estudos.

14/12/2015 10h35 - Atualizado em 14/12/2015 10h35

Advogado se fere ao impedir assalto a posto na Praia da Costa

Homem de 50 anos lutou com o criminoso.
Rapaz de 24 anos foi preso.

Iara Diniz
De A Gazeta

FACEBOOK

Twitter

g+

Pin



Advogado mostra os ferimentos na mão e nos pés após lutar com o bandido (Foto: Arquivo Pessoal)

A coragem de um advogado de 50 anos impediu que um criminoso escapasse impune de um assalto a um posto de combustíveis, na Avenida Champagnat, na Praia da Costa. Ele entrou em luta corporal com o bandido, que fugia levando mais de R\$ 1 mil do caixa.

Poucas pessoas estavam dentro da loja de conveniência, onde o crime aconteceu. Segundo uma jovem de 19 anos, que trabalhava no caixa, o bandido identificado como Jhonathan Batista Corrêa, 24 anos, chegou de moto no local, por volta das 17h deste sábado (12).

Fonte: DINIZ (2015).

Tabela 2 - crimes no bairro Praia da Costa, Vila Velha

Crime	2009	2010
Furto a pessoa em via pública	32	28
Furto em estabelecimento comercial	99	64
Furto em Veículo	48	46
Roubo a pessoa via pública	226	216
Roubo estabelecimento comercial	45	28
Roubo de veículo	80	74
Tentativa de Furto	30	30
Tentativa de Roubo	36	22
Posse/uso de maconha	22	17
Lesão corporal leve	19	17
Lesão corporal grave	4	1

Fonte: GEAC/SESP (2011).

A ideia de “sujeição criminal”, descrita anteriormente, neste caso, serviria para perceber a segregação espacial que se faz em relação a certos “tipos sociais”, considerados perigosos, e que as câmeras teriam a função de mantê-los afastados, vigiando e monitorando seu deslocamento e suas ações.

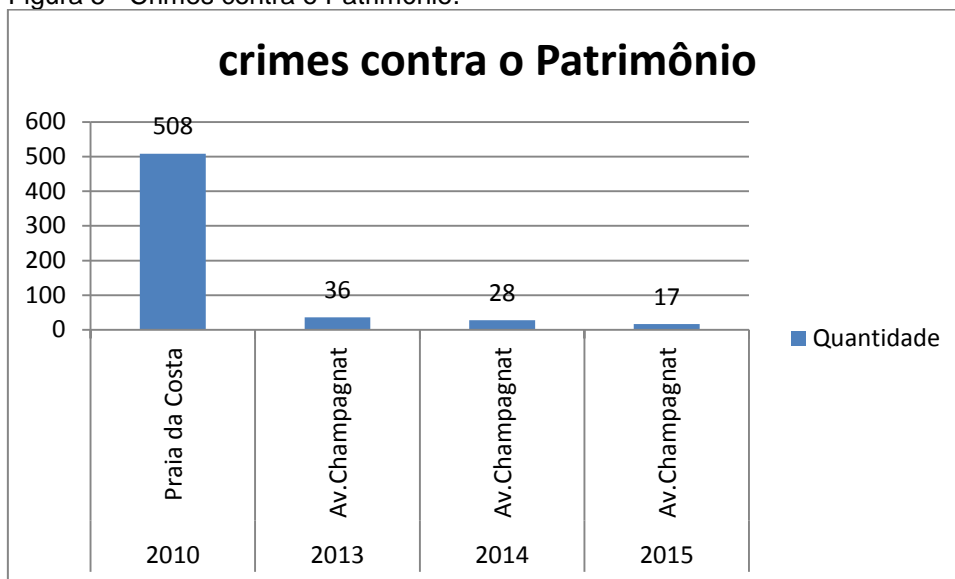
Nesse contexto, as câmeras de vigilância aparecem como mais uma maneira de impor limites à ação dos cidadãos, de identificar os “perfis” criminosos, legitimar a segregação e aumentar a percepção de segurança dos moradores da Praia da Costa.

Embora o quadro nos mostre uma variação positiva de 2010 em relação a 2009, pode-se verificar que ainda há um número elevado de ocorrências sugerindo a necessidade de ações que promovam a redução efetiva destes números, e a consequente redução na sensação de insegurança local.

O Gráfico das figuras 05 e 06 ilustram a evolução dos crimes contra o Patrimônio e contra as pessoas nos anos de 2013, 2014 e 2015 (anexos 1,2 e 3), e propõe uma comparação com as ocorrências de 2010 registradas em todo o bairro Praia da Costa.

A análise dos crimes contra o patrimônio e contra pessoas nesses três anos, seguiu os critérios de tipificação do Código Penal Brasileiro e dos bancos de codificação das polícias, com a finalidade de viabilizar análises objetivas, entendendo como crime contra o patrimônio, os roubos e furtos a pessoas, estabelecimentos comerciais, residência, roubo de veículos e outros, e o crime contra pessoas, os homicídios, tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaças e outros. LIRA (2014).

Figura 5 - Crimes contra o Patrimônio.



Fonte: GEAC/SESP (2016).

Observa-se que houve nesses três anos uma redução gradual de crimes contra o Patrimônio, diminuindo o percentual de ocorrências registradas se comparado com o ano de 2010, onde no bairro praia da Costa como um todo, o número de crimes contra o patrimônio foram de 508 ocorrências. A partir destes registros pode ser constatado que em 2013 o valor na região de estudo de 36 ocorrências equivalia a 7,1% e em 2015 esse valor reduziu para 17 ocorrências, ou seja, 3,3 % das ocorrências no bairro. Destaca-se, todavia que não foram considerados os casos relatados e não notificados, que pelo número de entrevistados e abordagens casuais ocorridas durante esta pesquisa, aparentemente indicaria uma subnotificação razoável para a área.

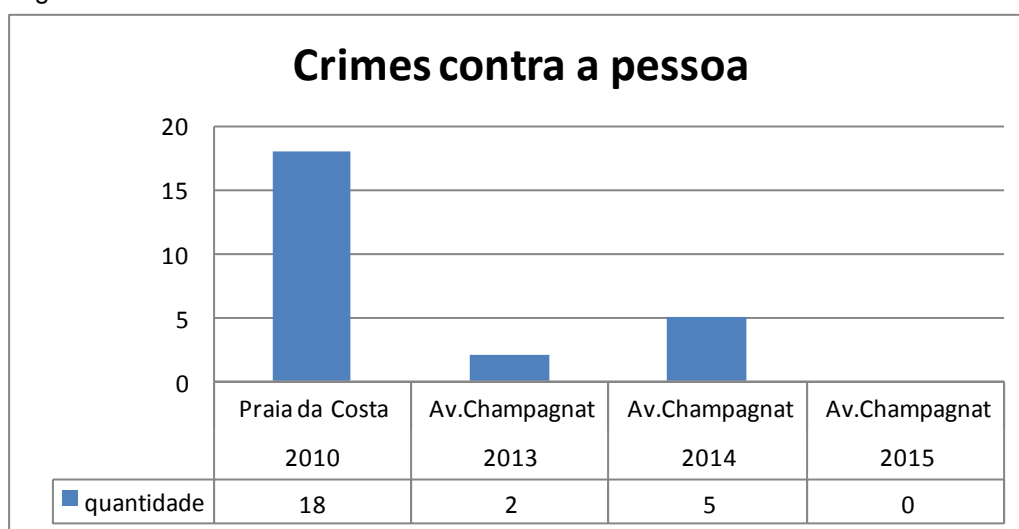
Em relação à análise dos mapas do crime contra o Patrimônio, em 2013, estratificou-se também que no trecho da Av. Champagnat onde havia as ocorrências entre as Ruas Prof. Telmo e Jairo de matos, houve 19 ocorrências contra 17 em outro trecho compreendido entre as ruas Jairo de matos e Hugo Musso, mostrando dessa forma um equilíbrio nas ocorrências nesses trechos que são ocupados por estabelecimentos comerciais e residenciais.

Foi feita a mesma análise em 2014, e o equilíbrio nesse mesmo trecho se manteve com 15 ocorrências contra 13, mas já com redução nessas ocorrências, porém em 2015, a redução de crimes contra o patrimônio entre as ruas Prof. Telmo e Jairo de

Matos foi de 50%, um número significativo, o mesmo ocorrendo no trecho entre Jairo de matos e Hugo Musso, que ficou em torno de 23%, porém não tão significativa.

A figura 06 ilustra, por sua vez, as informações dos mapas de ocorrências do Crime contra a pessoa nos anos de 2013, 2014 e 2015 (anexos 4 a 6), limitadas à região do estudo.

Figura 6 – Crimes contra a Pessoa.



Fonte: GEAC/SESP (2016)

Observa-se que houve nesses três anos uma variação de crimes contra a Pessoa se comparado com o ano de 2010, onde no bairro praia da Costa como um todo, o número de crimes contra a pessoa havia registrado 18 ocorrências, tendo entretanto, registrado em 2014 um valor que superava o de 2013. O resultado em 2013 desse valor na região de estudo era de 11,1%, aumentando para 27,7% em 2014 e com uma redução expressiva em 2015 que registrou zero ocorrências na região de estudo.

Na análise dos mapas do crime contra a pessoa, observou-se que em 2013, no trecho da Av. Champagnat, onde havia as ocorrências entre as Ruas Prof. Telmo e Jairo de matos, houve uma ocorrência contra uma no trecho compreendido entre as ruas Jairo de matos e Hugo Musso, mostrando, como nas ocorrências de crimes

contra o patrimônio, um equilíbrio em relação ao número das ocorrências nesses trechos.

Foi feita a mesma análise em 2014, e o equilíbrio nesse mesmo trecho não se manteve, onde aconteceram zero ocorrências de crimes contra pessoas entre as Ruas prof. Telmo e Jairo de Matos, contra 5(cinco) entre Jairo de Matos e Hugo Musso, porém em 2015, nesses mesmos trechos as ocorrências foram reduzidas a zero.

3 ALTERNATIVAS PÚBLICAS CONTRA A INSEGURANÇA URBANA

O cenário de medo e fragilidade da cidade contemporânea descrito no capítulo anterior indica a necessidade urgente dos Setores Políticos da Segurança Pública de promoverem ações para redução da realidade retratada. Neste contexto, vale destacar as formas preventivas de combate à violência direcionada para neutralizar o infrator, inibir a prática de um crime e sua reincidência.

Dentre estas, estão aquelas relacionadas ao objetivo deste estudo que tem a finalidade de neutralizar e inibir o comportamento criminoso através dos dispositivos de videomonitoramento inserido nos espaços públicos e controlados pelos serviços de segurança municipais em uma parceria entre as polícias, conforme informado na entrevista realizada ao Secretário de Prevenção, Combate à Violência e Trânsito do Município de Vila Velha (anexo 03). A mesma estratégia, segundo o Secretário entrevistado, busca contribuir ainda para as ações de apreensão do indivíduo infrator capturadas pela câmera, além do propósito de transmitir uma sensação de segurança às comunidades das áreas em que as câmeras são instaladas.

Ação esta associada a outras estratégias que incluem o patrulhamento e a presença de policiais na cidade. O mesmo Secretário lamenta, todavia a vulnerabilidade de nossa legislação quando permite que o mesmo infrator siga sem punição e cita o exemplo frequente de ocorrências em áreas monitoradas por vídeos sem que isto provoque qualquer inibição na pessoa que está cometendo o crime. Fato igualmente ilustrado nos meios de comunicação.

Percebe-se, entretanto, que no contexto da dinâmica urbana atual, entre as inúmeras tensões percebidas, evidencia-se cada vez mais a presença dos dispositivos de videomonitoramento cuja presença articula questões importantes em termos da sociabilidade e das formas de subjetivação produzidas. Na maior parte das vezes, desempenhando importante função nas ações públicas e privadas voltadas para a segurança, tais dispositivos de videomonitoramento, não obstante à situação relatada no parágrafo anterior de indiferença à presença da câmara por parte do infrator, produzem relações de mútua vigilância, onde os cidadãos vigiam as condutas uns dos outros, sob o argumento de que não há nada para se esconder e, assim, práticas e ações que até então passariam despercebidas, ganham visibilidade. (CASTRO E PEDRO, 2013).

O cenário acima tem se tornado frequente nas vias públicas dos municípios de nossas cidades, onde o medo e a insegurança associados a eminente violência tem favorecido a expansão dos dispositivos de vigilância. Estes surgem como uma alternativa de prevenção para solucionar a crise urbana frente à violência, presente não apenas nos espaços públicos da cidade mas nas próprias edificações, haja visto o número destas com selos indicativos da presença de câmeras.

Estudando os elementos materiais que promovem, ou tentam promover, o controle do comportamento criminoso dos indivíduos, tais como câmeras de vigilância, autofalantes reproduzindo mensagens de intimidação, policiamento ostensivo, etc., buscou-se compreender os efeitos práticos de um desses elementos em relação aos objetivos para os quais foram implantados.

Tal estudo se justifica na ampliação das discussões em torno de segurança pública e da eficácia dos dispositivos tecnológicos de vigilância, seus diferentes usos, seus objetivos e os resultados alcançados. A partir destes dados, pode ser feita uma análise do impacto dessa política de vigilância na percepção dos frequentadores do bairro, avaliando a legitimidade desses dispositivos de controle.

3.1 AÇÕES DE PREVENÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

A transição da ditadura para a democracia enfrentou o desafio de manter a ordem pública em um contexto afetado pela insegurança urbana e a necessidade de mudança dos órgãos de segurança pública, estruturados sob uma lógica autoritária, mas com a responsabilidade de atuar de acordo com os princípios democráticos

3.1.1 O Plano Nacional de Segurança Pública

O governo Fernando Henrique Cardoso, como consequência da Conferência Mundial de Direitos Humanos, cria, em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos, aperfeiçoando-o em 2000. Reorganizando a gestão da segurança pública, o Governo Federal, cria, em 1995, no contexto do Ministério da Justiça, a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg),

transformando-a posteriormente em Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), atuando de forma articulada com os estados da federação. Surgiu, então, o Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), voltado para o enfrentamento da violência no país, especialmente em áreas com elevados índices de criminalidade, tendo como objetivo aperfeiçoar as ações dos órgãos de segurança pública. Segundo Lopes (2009),

O Plano Nacional de Segurança Pública de 2000 é considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica; alude ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, com a qual se pretende a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, uma novidade em democracia.

Os avanços foram pequenos em relação à complexidade do problema da segurança pública, prova disso é que a violência continuou assustando a população brasileira, principalmente nos grandes centros, conforme mostram os índices oficiais de criminalidade, diversos estudos científicos e a recorrência do tema no cotidiano midiático.

As políticas públicas de segurança, justiça e penitenciárias não têm contido o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. Apesar das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis (ADORNO, 2002).

As questões relacionadas à segurança pública não deveriam ser tratadas como política limitada de governo, mas como um processo amplo e complexo a ser enfrentado tanto pelo Estado quanto pela sociedade, em busca de soluções mais profundas que atacassem as causas da criminalidade e que não agredissem a liberdade individual.

3.2. OS DISPOSITIVOS DE MONITORAMENTO COMO ALTERNATIVA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Foucault se utiliza bastante do conceito de *dispositivo* em sua estratégia de pensamento; de acordo com as análises de Giorgio Agamben, Foucault nunca

elaborou uma definição clara sobre este conceito, mas se aproximou disso numa entrevista:

Aquilo que procuro individualizar com este nome é, antes de tudo, um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos dos dispositivos. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos [...] (AGAMBEM, 2009, p. 28).

Considerando esta definição foucaultiana, pretendo estudar determinados elementos que compõem o conceito de dispositivo, restringindo o campo de minha análise, já que Foucault elenca uma infinidade de elementos, e na pesquisa faz-se necessário um recorte analítico que torne o estudo possível.

Considerando tais aspectos do conceito de dispositivo em relação ao presente estudo, podemos perceber a presença de discursos a respeito da segurança, provenientes tanto dos órgãos públicos quanto da população da Praia da Costa. Dentre estes, a naturalização do controle visual dos cidadãos, a sensação de segurança (psicológica ou real) desfrutada pelos moradores e frequentadores do bairro e a 'rede' discursiva, formada a partir de uma ambientação social que a legitima, que se forma em torno do tema, clamando por mais segurança e presença policial.

Reafirma-se assim a relação de poder que se estabelece entre o observador e o observado, traduzida na ideia do panóptico, em que um observador anônimo vigia e identifica os cidadãos, podendo impor-lhes o comportamento social esperado pelas instituições de repressão.

Sendo o dispositivo um cruzamento entre relações de poder e relações de saber, os dispositivos de vigilância (câmeras de vídeo) servem como captadores de informação visual, capturando informações que podem ser usadas contra qualquer indivíduo que não se adeque aos padrões comportamentais esperados.

4 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE DIANTE DAS ALTERNATIVAS DE CONTROLE

4.1 A PERCEPÇÃO DO PANOPTISMO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

De acordo com Foucault (2009), foi no fim do século XVIII que o filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham concebeu a idéia do panóptico, onde todos os presos poderiam ser observados, e que poderia ser estendido também para as escolas, empresas e todo tipo de instituição, como meio de tornar mais eficiente o controle sobre os comandados naqueles locais, surgindo então daí o Panóptico.

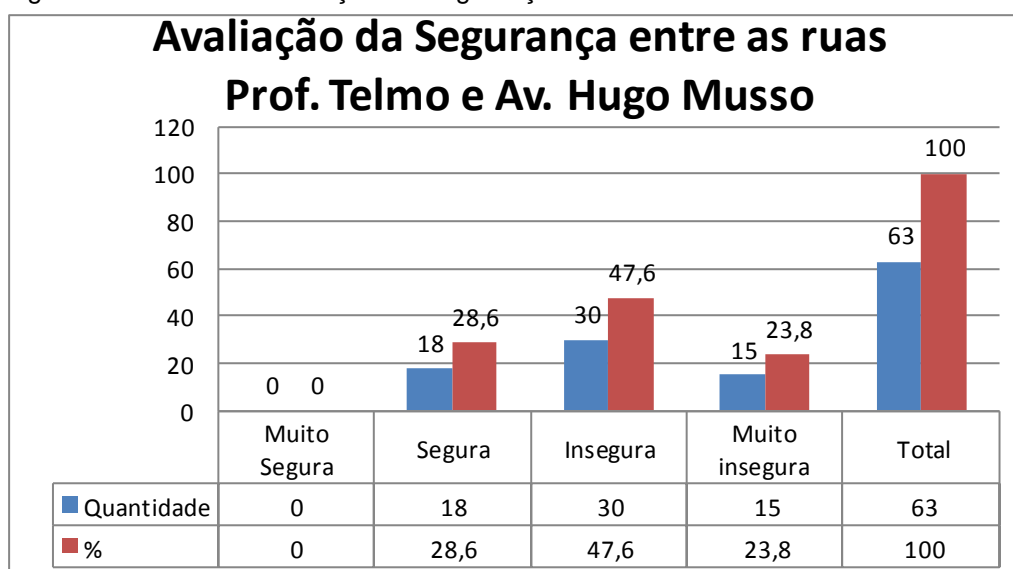
Ainda de acordo com Foucault (2009), em sua obra *Vigiar e Punir*, analisa as diversas consequências que o Panoptismo traz para a sociedade moderna, em que O panoptismo é um dos traços característicos da atual sociedade capitalista através do qual os indivíduos são vigiados, punidos e normatizados, atingindo mais a alma do indivíduo do que seu corpo. Nesse sentido, as câmeras de vigilância parecem atingir o objetivo de atingir a alma, e não o corpo, pois tem como possível consequência o modelamento das ações dos indivíduos. Segundo Foucault, o Panóptico pode ter várias utilizações como instrumento de produzir experiências, modelar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos; experimentar remédios e verificar seus efeitos; tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes. Se os moradores das cidades forem considerados como prisioneiros do ambiente urbano, cada vez mais segregado, limitado, murado, as câmeras acabariam cumprindo as funções apontadas por Foucault.

4.2. A COMUNIDADE DA PRAIA DA COSTA DIANTE DO CENÁRIO DE CONTROLE

Nesse tópico, serão analisadas as percepções da comunidade em estudo, diante do cenário de controle, frente aos questionamentos, sendo que em cada um desses questionamentos, serão mostradas as respostas de percepção dos três segmentos entrevistados, residencial, comercial e profissionais liberais, com os comentários e a confrontação com as informações dos mapas de crimes e a entrevista realizada com o Secretário de Segurança de Vila Velha Ten. Coronel Alexandre Ramalho.

Em relação ao questionamento ilustrado na Figura 07, referente à avaliação da segurança na área de estudos, apenas 28,6% da população entrevistada se sente segura enquanto que 71,4% se sente insegura ou muito insegura, (ver diagramas complementares de cada segmento entrevistado no anexo 2), onde no segmento residencial este percentual de insegurança atinge a marca de 61% enquanto nos segmentos comercial e Profissionais liberais este valor atinge as marcas consecutivas de 75% e 88,9%, e o que chama atenção é que apesar da presença da câmera de videomonitoramento, aproximadamente 50% de todos os entrevistados se sentem inseguros.

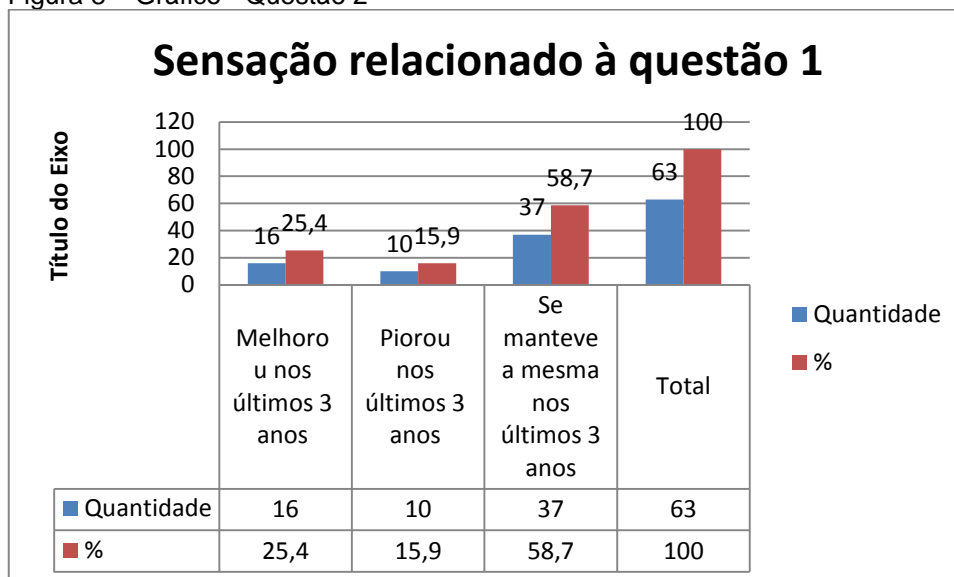
Figura 7 – Gráfico de Avaliação da Segurança – Questão 1



Elaboração: autor, 2016.

O gráfico da Figura 08, a seguir, traz os resultados das respostas complementares à avaliação anterior, onde os mesmos foram questionados sobre a sensação desta segurança em relação aos últimos três anos. Deixa bem claro que aproximadamente 60% da população dos segmentos questionados, pensam que a situação ao longo dos últimos três(3) anos, se mantém da mesma forma sem sinais de melhorias, onde dez (10) desses que responderam aos questionamentos, consideram que houve uma piora, e isso se tornou mais evidente no segmento dos Profissionais Liberais com 60% pensando dessa maneira (vide anexo 2), com as respostas segmentadas de cada grupo de entrevistados.

Figura 8 – Gráfico - Questão 2



Elaboração: autor, 2016.

Nesse caso, a instalação das câmeras de vigilância não impactou positivamente a percepção dos moradores, comerciantes e profissionais liberais que circulam pelo bairro.

Sobre a sensação em relação a estarem inseguros, os moradores, cerca de 50% deles, disseram que a falta de policiamento está levando à criminalidade, a um maior número de assaltos. Declararam ainda que embora se veja em alguns momentos a presença dos policiais durante o dia, geralmente, no período da noite as ruas permanecem desertas, sem a presença deles e atribuem também parte desses crimes à presença de moradores de rua embaixo da terceira ponte. Alguns dos moradores que se sentem totalmente inseguros, relatam a ocorrência de assaltos, presença de vândalos e drogados na rua, incêndios em terrenos baldios e a falta de ajuda dos policiais. Situação que na visão destes, gera pontos de ônibus inseguros, abandono de edificações que ficam depreciando áreas do bairro, e servindo de moradia para moradores de rua, e que apesar da avenida ter um sistema de videomonitoramento, a insegurança está em todos os lugares, e o que campeia é a impunidade, pois os infratores logo voltam para as ruas.

Talvez haja, impregnada nessa percepção de insegurança, a lógica apontada por Misse, de “sujeição criminal”, que neste caso serviria para perceber a segregação espacial que se faz em relação a certos “tipos sociais”, considerados perigosos, e

que as câmeras teriam a função de mantê-los afastados, vigiando e monitorando seu deslocamento e suas ações. No entanto, as câmeras não são vistas como dispositivos adequados de segurança, pois de acordo com a percepção dos moradores, deveriam estar aliadas a um policiamento mais intenso.

Pode-se conjecturar ainda que a ausência de uma política que amplie no âmbito da prevenção a integração e humanização dos espaços públicos associados ainda a um planejamento efetivamente voltado a inclusão, para evitar a expansão de áreas segregadas e construções introspectivas que não geram oportunidades de socialização na cidade.

Por outro lado, aqueles moradores que se dizem seguros, consideram que sua Avenida está bem vigiada pelas viaturas da PM, e lembraram que existe um posto policial na esquina da Av. Gil Veloso, na orla, esquina com a Av. Champagnat, e que isto é um ponto de ajuda, que inibe a criminalidade, sendo que apenas três (3) dos 33 moradores, alegam que esta sensação de segurança, em suas opiniões, é atribuída em parte à presença do sistema de videomonitoramento.

Analisando o segmento formado pelos Profissionais Liberais, verifica-se que neste grupo, aproximadamente 70% consideraram que se sentem inseguros, motivados pelos muitos assaltos, principalmente no horário da noite, à falta de policiamento, roubos frequentes em frente aos prédios onde os Profissionais Liberais circulam, e também os entornos da Avenida, onde as ciclovias facilitam o assalto. Cerca de 30% desses questionados, não emitiram sua opinião sobre esse quesito, embora tenham dito que se sentiam inseguros.

Por outro lado, aqueles Profissionais Liberais que se sentiam seguros (11,1%), atribuíam essa sensação a melhorias sistema de videomonitoramento do bairro com câmeras, policiamento, instalação de novas câmeras, pois as pessoas que circulam pela avenida, ao se darem conta de que ali existia um sistema de videomonitoramento, ficavam mais prevenidas, principalmente os criminosos, mas que apesar deste investimento em segurança, os assaltos continuavam acontecendo.

Finalizando a análise sobre a sensação dos comerciantes em relação à segurança, verificou-se que somente 25% dos questionados, dizem se sentir seguro e atribuem isto, ao maior policiamento, à melhoria da iluminação pública, enquanto um outro segmento de pessoas ligadas ao comércio acham que isto se deveu ao fato de ter havido um aumento na circulação das pessoas no trecho, causado pelo investimento na construção civil naquela região, e não ao fato de ter tido melhorias pelo governo. Quanto à sensação de insegurança, 50% dos que responderam ao questionário sentem essa sensação, motivados pela falta de policiamento, por já terem visto casos de assaltos à mão armada na Avenida, ponto de ônibus, pelo descaso por parte dos responsáveis pela segurança pública e a reincidência nas ocorrências.

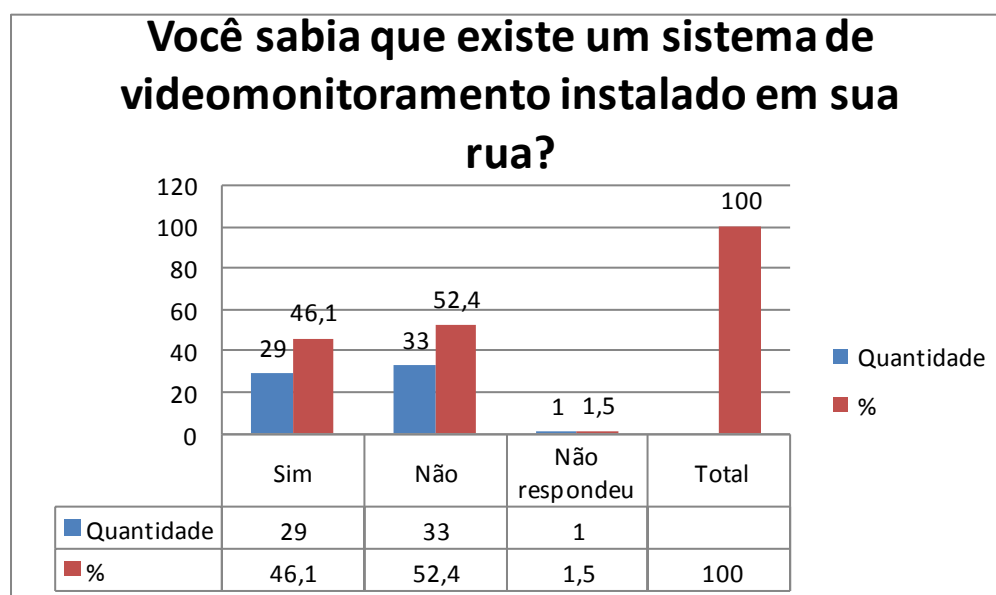
Uma das perguntas feita ao Secretário de Prevenção, combate à violência e trânsito de Vila Velha, Tenente Coronel Alexandre Ramalho, foi se a questão do espaço geográfico interfere na gestão territorial da segurança e na própria definição dos sistemas de videomonitoramento e sua resposta foi que sim, principalmente na região estudada onde existem os três (3) segmentos, e comparou inclusive com o bairro da Glória onde existe uma mesma configuração, e que em sua resposta, “são lugares importantes, para se ter essas câmeras para poder aumentar essa sensação de segurança ao comerciante, ao residente, a pessoa que circula naquele local, bem como ao infrator, e que o infrator ao olhar a câmera irá temer que algo pode ser gravado e poderá ter sua identidade alcançada e a partir daí responder por algum crime,” porém ressalva que no Brasil isto está caindo em descrédito, porque a legislação não consegue alcançar essas pessoas com a eficácia que a população deseja, e “então muitas vezes .nós temos a imagem, nós fornecemos a imagem para a autoridade de plantão, mas isso não consegue no final das contas, no final da apuração efetivar a prisão prolongada desse indivíduo para que ele não venha mais cometer atos contra a população e a comunidade local.” Essa sensação sentida pelo Secretário de Segurança, reflete a mesma sensação da população, onde o infrator volta rápido à cena do crime, trazendo dessa forma instabilidade aos frequentadores da região em estudo.

Ainda nessa questão da sensação de se sentir seguro ou não na região abordada foi perguntado ao Secretário se tem sido dado retorno a população das informações fornecidas pelo sistema de videomonitoramento, e isso não vinha acontecendo,

porém em sua gestão iniciou-se uma rotina de visitas com os líderes comunitários, de acordo com a conveniência do bairro, para deixar as portas abertas para essa liderança, caso queiram apresentar a eles o sistema de videomonitoramento, mostrando inclusive as câmeras instaladas no bairro, sendo aberto o acesso aos líderes comunitários, a qualquer momento que desejem, para que vejam que as câmeras estão em pleno funcionamento.

Ainda nessa questão, o que se vê é realmente uma falta de comunicação entre as partes do governo responsável pela segurança e as lideranças dos bairros, pois o mapa dos crimes contra o Patrimônio e contra as pessoas revelam uma tendência de redução nesses crimes no período de 2013 a 2015, conforme mostrado no capítulo 2.

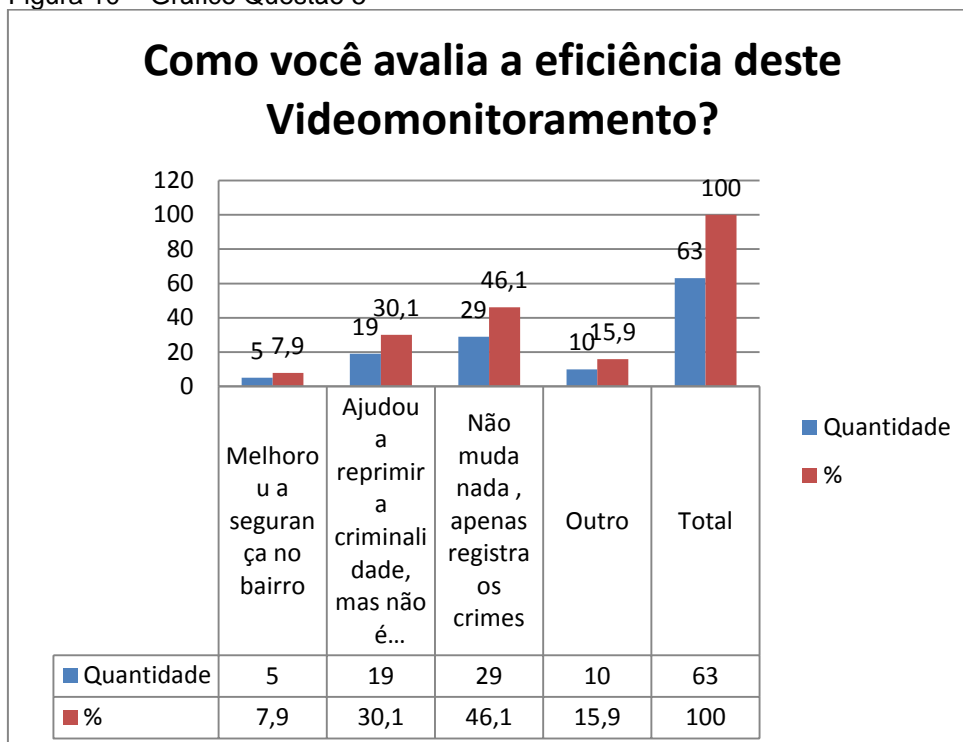
Figura 9 – Gráfico Questão 4



Elaboração: autor, 2016.

Observa-se que somente 46,1 % da população questionada sabiam da existência de um sistema de videomonitoramento em sua Rua, o que é muito pouco para um sistema que foi implantado desde 2009. Dos grupos questionados, aquele que apresentou maior desconhecimento foi o segmento comercial, seguido do residencial, o que causa surpresa, pois é o grupo que mais tempo circula na área de estudo.

Figura 10 – Gráfico Questão 5



Elaboração: autor, 2016.

Analisando o gráfico acima, verifica-se no total dos segmentos pesquisados, que aproximadamente 50% dos questionados, afirmam que a eficiência do sistema de videomonitoramento, não mudou em nada o seu cotidiano, e que ele serve apenas como um registrador de crimes, ao passo que outros 30% dizem que sim, o sistema ajudou a reprimir a criminalidade, porém não é suficiente, e apenas 7,9% acham que melhorou na segurança do bairro, o que é muito pouco, e que a população desse trecho espera mais desse sistema, não se sentindo confortável para circular naquela região.

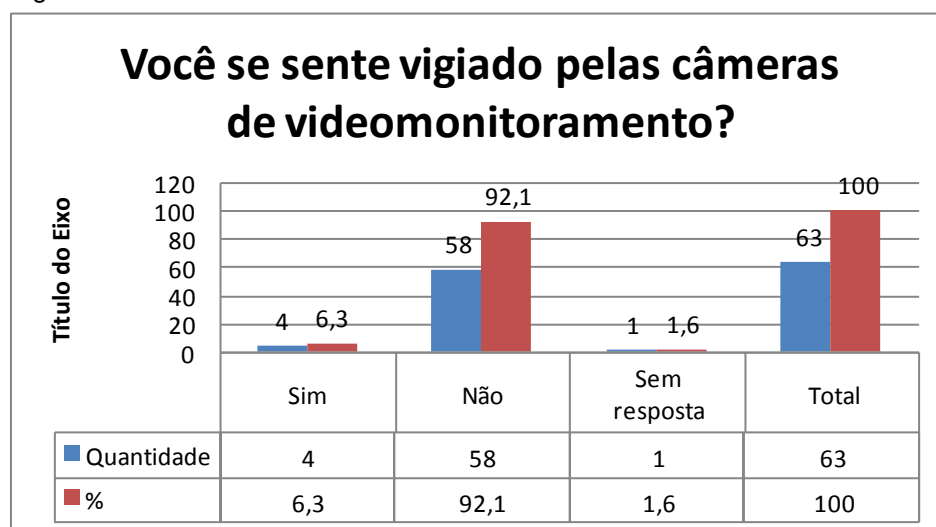
Por outro lado, fazendo uma análise isolada de cada um dos segmentos, verifica-se que 58,3% e 55,1% dos comerciantes e profissionais Liberais, respectivamente dizem que não houve nenhuma mudança, mas apenas registro dos crimes.

No item onde os questionados deveriam emitir sua opinião sobre essa eficiência, os residentes disseram que apesar de não saber da existência do

videomonitoramento, acha que com certeza vai ajudar, outro, já disse que não altera em nada pois nem sabia da existência da câmera, e um morador explicou que precisou do vídeo para uma situação de sinistro e não teve sucesso e que não está vendo melhorias, que falta profissionais capacitados para melhoria da eficiência do sistema, e ao contrário dos residentes, os comerciantes e profissionais Liberais não se pronunciaram nesse item.

Sobre a eficiência do sistema de videomonitoramento, o Secretário, quando questionado, sobre o acompanhamento em termos de criminalidade neste sistema, o mesmo respondeu que esse sistema é controlado pela gestão municipal onde existe um canal direto com a Polícia Militar e Guarda Municipal e são acionados pela polícia civil, poder judiciário, Ministério Público, caso necessitem de imagens, porém não possuem dados estatísticos, fazendo somente o monitoramento servindo de assessoramento para os órgãos citados, e houve também um questionamento, se existe ou não reuniões de acompanhamento para se verificar a eficiência desse sistema, e quais seriam os envolvidos, e nos respondeu, que isso é feito uma vez por mês, onde o Prefeito em exercício, dirigente dessa reunião convoca todos os envolvidos, como as polícias militar e civil, guarda municipal, poder judiciário e ministério público, todos os secretários de governo municipal, não sendo essa reunião somente para tratar do acompanhamento do sistema de videomonitoramento, mas de todos os assuntos referentes à segurança em geral.

Figura 11 – Gráfico Questão 6



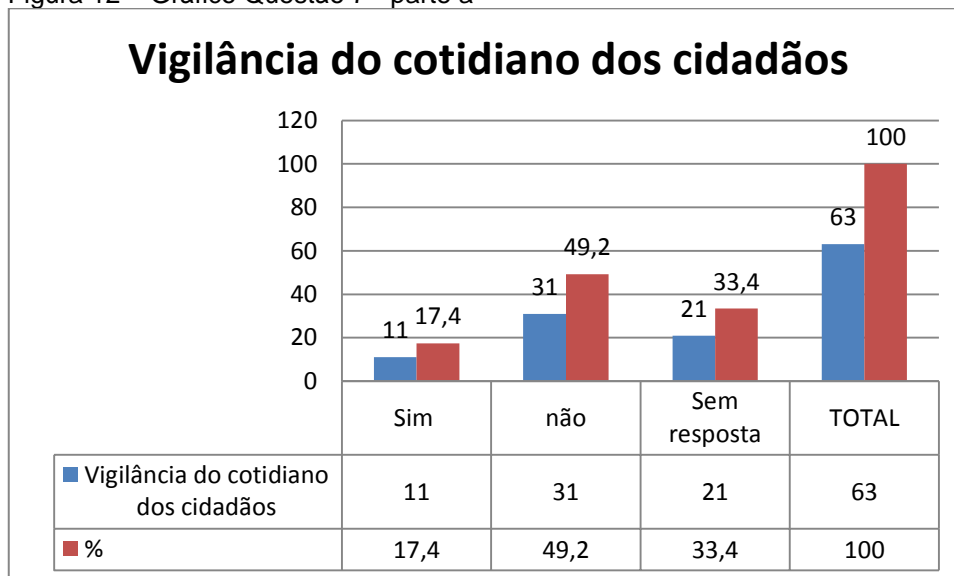
Elaboração: autor, 2016.

Os resultados referentes a percepção do dispositivo de videomonitoramento como invasivos da privacidade, ficou evidente pelo gráfico da figura 11 que a população amostrada não se sente vigiada, ou seja, 92,1% e somente 6,3% se sentem dessa forma, com destaque para os comerciantes onde aproximadamente 20% se sentem vigiados.

Nessa questão dos moradores se sentirem vigiados ou não, reportamos essa mesma pergunta ao Secretário de Segurança Ten. Coronel Alexandre Ramalho, para saber sua opinião em relação ao sistema de videomonitoramento, se também cumpria essa missão de vigiar ou proteger, sendo que em princípio ele disse que no início esse projeto foi bem aceito, mas que o suporte para sustentação técnica teve falhas, além das depredações, onde o poder público, não conseguia repor em tempo hábil, gerando dessa forma um descrédito por parte da população, e por causa disto, em sua opinião a população não teve sensação nenhuma, e existe uma tentativa de reverter esse quadro através de um contrato de manutenção com um alto custo, para que as reposições sejam imediatas após passarem por manutenção, ou trocas. Por outro lado, o Secretário acredita que a ideia não é vigiar ninguém, principalmente um cidadão de bem, e sim vigiar o infrator, esse sim é preciso ser vigiado.

Ao serem indagados se acreditavam que o uso das câmeras, por parte das autoridades, teria outra finalidade além do intuito de promover a segurança urbana, a população entrevistada apesar de um pouco contraditória nas respostas, indicou certa indiferença ilustrada na pergunta anterior referente ao conhecimento em relação ao sistema.

Figura 12 – Gráfico Questão 7 - parte a



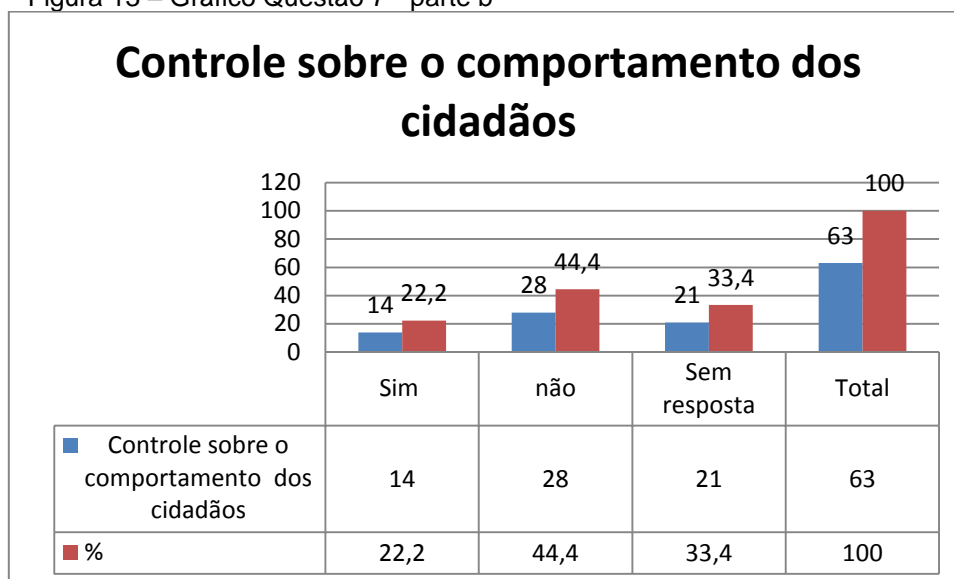
Elaboração: autor, 2016.

O que se vê pelo gráfico é que aproximadamente 50% das pessoas questionadas, não se veem monitoradas em seu dia a dia, e comparando essas respostas com a questão anterior, vê-se uma grande disparidade, pois 92,1% das respostas diziam que não se sentiam vigiados, e nesse quesito esse valor reduziu afetado pela omissão na resposta que atingiu a marca de 33,4% dos questionados.

Ao fazer uma análise individual nos segmentos questionados, observou-se que 40% nas omissões ficaram com os Profissionais Liberais, se equilibrando nos moradores e estabelecimentos comerciais, ficando na ordem de 30 a 34%, ao passo que na questão anterior, cerca de 6% das pessoas se sentiam vigiados, sendo que em uma segunda instância, ou seja, quando questionados sobre a vigilância no cotidiano, esse valor triplicou, havendo um equilíbrio nos três(3) segmentos questionados, ou seja 17,4% dessa população ainda sente que seu cotidiano está sendo observado.

Vale ressaltar mais uma vez que o Secretário de Segurança, afirmou em sua entrevista que não é sua intenção vigiar cidadãos de bem.

Figura 13 – Gráfico Questão 7 - parte b

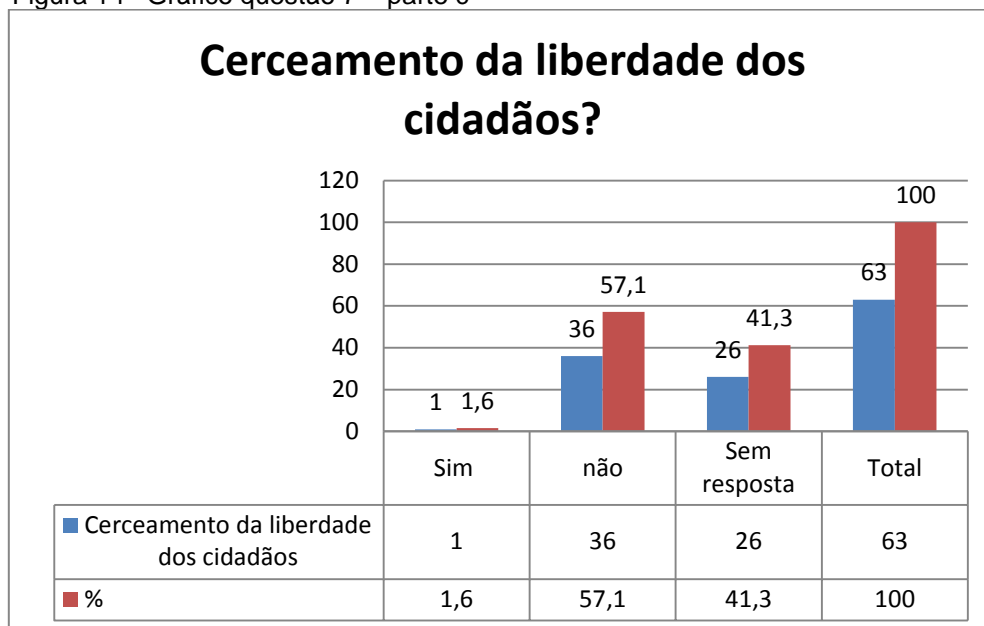


Elaboração: autor, 2016.

Neste cenário, o que se observa é que 22,2% das pessoas se sentem controladas em seu comportamento, isto se reflete principalmente nas pessoas que possuem estabelecimentos comerciais na área de estudo onde 41,6% dessas pessoas se sentem controladas em seu comportamento, vindo em seguida os profissionais Liberais e moradores, com respectivamente 22,3% e 15,2%. Com respeito aos que se omitiram, ou seja, não responderam, houve um equilíbrio nos segmentos, onde 33,3% das pessoas preferiram não se pronunciar.

Nesse sentido, as câmeras de vigilância parecem atingir o objetivo de atingir a alma, e não o corpo, pois tem como possível consequência o modelamento das ações dos indivíduos.

Figura 14– Gráfico questão 7 – parte c



Elaboração: autor, 2016.

Ficou evidente pelo gráfico, que aproximadamente 60% das respostas apontam para o entendimento de que, não se sentem cerceados com a presença das câmeras ou seja, não se sentem restringidas, limitadas em seu dia a dia, porém 41,3% do total dos segmentos não responderam, tendo como destaque nesse item os comerciantes, pois 50% não emitiram suas opiniões.

Ainda relacionado ao cerceamento da liberdade, foi dada a oportunidade para que quando a escolha recaísse sobre a opção outros, que as pessoas pudessem expressar suas opiniões, o que ocorreu somente com a população residencial, onde acham que acreditam que o uso das câmeras só incomoda quem queira fazer algo de errado, outro já diz que para ele, não faz a menor diferença, pois essas câmeras não tem finalidade alguma, outro morador diz que acredita que a existência do videomonitoramento seja apenas para cumprir uma regra escrita que se faz necessária, mas que não possui eficácia, nem finalidade alguma, e que é algo existente, só para dizer que tem e dar uma satisfação para a população, e por fim câmeras não inibem delinquentes, pois sabem que ficarão impunes. Sobre essa questão da não inibição dos delinquentes, o Secretário de Segurança em sua entrevista, na questão 8(vide anexo 3), relacionada ao sistema de videomonitoramento responder preventivamente, no sentido de evitar a criminalidade e a violência, focando nos direitos de ir e vir da população, admite que

os criminosos cada vez mais vem perdendo o medo de serem punidos pela legislação, causando uma descrença por parte desses criminosos, que passaram o cometer crimes tranquilamente em frente a uma câmera, sem a preocupação de ser identificado, “talvez por saber que aquilo não vai dar em nada”, onde defende a causa de uma legislação mais rigorosa para responder aos anseios da população.

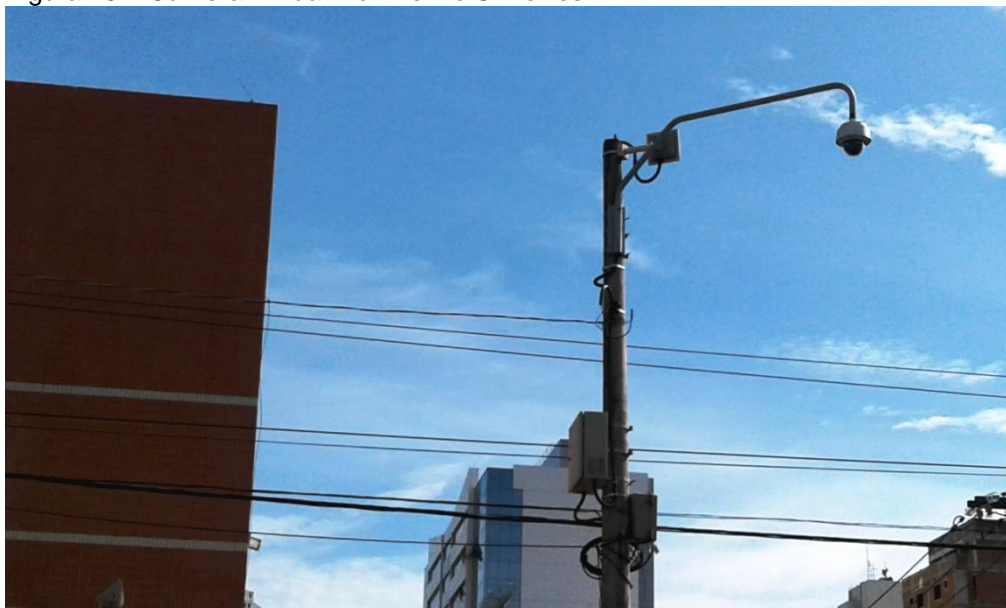
Para finalizar, a última pergunta versou sobre o que identificavam como necessário para efetiva promoção da segurança no entorno de onde residem, para expressar seu sentimento em relação às necessidades de ações que viessem a promover um aumento na segurança dos segmentos que utilizam a região em estudo, ou seja, o trecho compreendido entre a Rua Prof. Telmo S. Torres (na altura do número 645) e a Avenida Champagnat (número 190), além das duas (2) câmeras que fazem parte do sistema de videomonitoramento da região estudada (Figuras 18 e 19).

Figura 15 – Câmera Av. Hugo Musso



Fonte: autor, 2016.

Figura 16 – Câmera – Rua Prof. Telmo S. Torres



Fonte: autor, 2016.

A população residente apontou as ações a serem tomadas para melhoria da segurança no entorno, como, aumento na oferta de trabalho, maior investimento em educação, atendimento hospitalar digno, também muito significativo foi a solicitação de 63,4% dos moradores para o aumento no efetivo dos policiais, e pedindo que sejam mais ostensivos em suas incursões, principalmente nos pontos de ônibus e esquinas. Citaram a importância na visão deles da presença de Agentes Municipais e policiais militares circulando a pé ou de bicicleta na região no horário de 7 às 22 horas, ao contrário de ficarem apenas circulando de carro sem prestar a devida atenção às pessoas, e houve também quem solicitasse que houvesse um controle de natalidade por 50 (cinquenta) anos, a exemplo de países como, Alemanha, Suíça, Dinamarca, Holanda e Canadá.

Com relação ao segmento representado pelos Profissionais Liberais, do total, 5(cinco) deles não opinaram, no entanto, os que assim o fizeram, foram unânimes em dizer que falta policiamento mais ostensivo nas ruas, e que esporadicamente isso acontece, e todos afirmam, que é necessário além do videomonitoramento que se invista em aumento no contingente para melhor atender a população. Da mesma forma o segmento representado pelos comerciantes na sua totalidade afirmou que é necessário investir em mais policiamento, que acham o videomonitoramento muito

importante, mas que não vê eficiência, e que as rondas por parte da polícia deveriam ser mais intensificadas.

Dentro dessa linha de opiniões emitidas pelos 3 (três) segmentos dessa pesquisa, pode-se também colocar a posição da Secretaria de Segurança do município na pessoa do Ten. Coronel Alexandre Ramalho, onde em sua entrevista, na questão 3 (vide anexo3), foi perguntado a ele, se o número de câmeras era suficiente, não só para atender ao trecho estudado, mas também a toda Vila Velha, e sua resposta foi que seria feito um investimento para elevar o número de câmeras, de 98 câmeras, para 200, o que atenderia a 200 bairros, mas que em sua opinião ainda não seria suficiente para toda demanda, mas que a prioridade seria dada, àqueles bairros, onde o tráfico de entorpecentes é maior, e que até Julho, a atual Administração da Prefeitura pretendia investir na contratação de uma guarda armada, da ordem de 300 guardas, e acreditava que com esse investimento, mais a parceria com Polícia Civil e Polícia Militar, seria suficiente para dar uma resposta satisfatória ao cidadão, e lembrou ainda, que só isto não bastaria, que seria ainda necessário, um fórum para se discutir um conjunto de ações no Brasil, para que a legislação atenda aos anseios das pessoas .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da realidade atual de que os sistemas de Videomonitoramento estão cada dia mais presentes na vida dos cidadãos e fazem cada vez mais parte do planejamento estratégico e nas ações de segurança pública, pode-se dizer que este trabalho atingiu o seu objetivo proposto ao fazer uma análise da percepção de segurança promovida pelo sistema de videomonitoramento, onde foi utilizado como recorte para investigação o trecho da avenida Champagnat, compreendido entre a Rua Telmo S. Torres e Av. Hugo Musso entre os números 190 e 645 desta via.

Nesse contexto, após aplicação da metodologia, observou-se que 70 % da população, que convivem no trecho pesquisado, se sentem inseguros ou muito inseguros, e que nos últimos 3 anos o cenário em nada mudou para 60% dessa mesma população, onde apenas 46,1%, sabiam da existência de um sistema de videomonitoramento e ainda, questionados sobre a eficiência desse sistema, o que se viu foram 50% dessa população afirmando que nada mudou em seu cotidiano, servindo apenas como um registrador de crimes, e 30% dizendo que sim, o sistema ajudou a reprimir a criminalidade, porém não é suficiente, e quanto à questão de se sentirem vigiados, cerca de 90% da população pesquisada disseram não se sentir vigiados, e em sua entrevista o Secretário de Segurança Pública, afirma não ser esta a intenção, ou seja, vigiar o cidadão utilizando esse sistema, mas sim punir aqueles que buscam a criminalidade, defendendo dessa forma o cidadão de bem.

Por outro lado, quanto aos registros mostrados pelo mapa do crime contra o Patrimônio, observou-se uma redução de 2013 para 2015 de 36 para 17 ocorrências, ou seja, passou de 7,1% em relação ao total do Bairro Praia da Costa, onde se teve 508 ocorrências, para 3,3%, e o mapa do crime contra as pessoas nos três últimos anos, mostrou que também houve redução na criminalidade. Haja vista que nos últimos três anos, embora tenha havido um aumento do número de crimes de 2013 para 2014 de dois para 5, porém em 2015, este valor reduziu a zero, o que mostrou uma grande melhoria na tendência, mas apesar desses números serem bons, o que se observou é que existe por parte da população pesquisada uma preocupação com sua segurança, e na entrevista concedida pelo

Secretário de Segurança pode-se observar que a comunicação com os bairros ainda precisa melhorar, porém, investimento em mais policiamento que é o grande anseio da população abordada, foi informado pelo Secretário de Segurança, que este investimento irá acontecer até julho de 2016, com o reforço de uma guarda armada, que será contratada, composta de 300 homens.

O trecho pesquisado no bairro Praia da Costa é composto por edifícios, que passaram a incorporar o lazer aos limites de seus muros, protegendo seus moradores e usuários da violência e encastelando-os em seus bunkers, mas que não conseguem protegê-los da sensação de insegurança. Mais do que qualidade e atratividade, são percebidas pelos moradores como prerrogativas dos espaços da cidade, assegurar condições de segurança para sua apropriação e uso. Como destacado na afirmação de Wekerle e Whitzman (apud MARCUS; FRANCIS, 1998, p.7) “O medo do crime mantém as pessoas fora das ruas, especialmente após o anoitecer, e de parques, praças e do transporte público. É uma barreira substancial para a participação na vida pública da cidade”.

A insegurança tem sido um dos principais fatores que minam a vida dos espaços urbanos, impedindo o desenvolvimento de uma cidade viva. As consequências dessa mazela urbana são percebidas principalmente no ambiente das ruas e espaços livres públicos que, dominados por dispositivos de segurança, são incapazes de trazer alento e tranquilidade aos frequentadores do bairro.

Como foi informado com dados, houve na região estudada uma melhoria considerável nos números de crimes contra o Patrimônio e contra as pessoas, conforme os registros mostraram, porém essa percepção da população pesquisada, não condiz que essa melhoria, advenha de um retorno dado pelo sistema de videomonitoramento. É fundamental que as autoridades responsáveis pela segurança pública faça uma análise, sobre que ações tomarem para que essa percepção seja real, porém a pesquisa mostrou que esta não é a visão dos frequentadores no trecho abordado.

Espera-se que os resultados obtidos com esta pesquisa possam servir de base para outros estudos sobre a percepção da presença de algum outro sistema que vá servir

para melhoria da segurança dos cidadãos, e com certeza o resultado desse estudo retornará às autoridades, que deram todo o apoio para que ela acontecesse. Espera-se também que este conhecimento possa ser utilizado como protótipo para futuras pesquisas dentro da área de segurança pública.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, São Paulo, n.132, abril/jun, p. 7-8, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009. ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. (1969). Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 1994.

BENTHAM, J. **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BAUMAN, Zigmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Índice de Homicídios na Adolescência**. Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes. Brasília, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2000.

CASTRO, Rafael B. e PEDRO, Rosa M. L. R. **Experiências de Vigilância: Subjetividade e Sociabilidade Articulados ao Monitoramento Urbano**. *Psicologia & Sociedade*, 25(2), 353-361, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972 -1990** / Gilles Deleuze ; tradução de Peter PálPelbart . – Rio de Janeiro : Ed. 34, 1992 232 p. (Coleção TRANS).

DINIZ, Iara. **Advogado se fere ao impedir assalto a posto na Praia da Costa**. Espírito Santo Notícia. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2015/12/advogado-se-fere-ao-impedir-assalto-posto-na-praia-da-costa.html>. Acesso em: 9 fev.2016.

ESPIRITO SANTO, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo. **Mapa do Crime**. Vitória, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: MartinsFontes, 1992.

FRANCIS, Mark. **Urban Open Space: designing for user needs**. Island Press, 2003.

FREHSE; Fraya; YÁZIGI, Eduardo. O mundo das calçadas. Por uma política democrática de espaços públicos. São Paulo: Humanitas/ Imprensa oficial, 2000. In: **Caderno de campo**, v. 10, n. 10, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/52448/56442>>. Acesso em: 24 fev.2014.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.

Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. **Programa Estado Presente**. Vitória, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KOSKELA, H. CamEra .The contemporaryurban Panopticon. **Surveillance&Society**, v.1, n.3, p. 292-313, 2003.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEVIN, Jack. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Editora HarbraLtda, 1987

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo**: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. Vitória, ES: Gráfica e Editora GSA, 2014.

LOPES, E. **Política e segurança pública**: uma vontade de sujeição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

MARX, G. T. **What's new about the "new surveillance"? Classifying for changeandcontinuity**. *Surveillance&Society*, v. 1, n. 1, p. 9-29, 2002. Disponível em: Acesso em: 29 nov. 2006.

MENEZES, Daniel Gonçalves. Resenha do livro *Confiança e Medo na Cidade de Zygmunt Bauman*. **Revista Bagoas**, v.6, n.7, jan./jun. 2012, p.351-355.

MISSE, Michel. **Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido"**. *Lua Nova*, São Paulo, v.79: 15-38, 2010.

MOLINA, Antônio García-Pablos de. **Tratado de Criminologia**. 2. ed. Valência, Tirant, 1999.

PEDRAZZINE, Yves. **A Violência das Cidades**. Tradução de Giselle Unti, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEDRO, R. M. L. R. **Tecnologias de Vigilância**: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 29 v. 1, 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2005. p. 1-32.

RATTON, Helvécio. **Em nome da razão**. Belo Horizonte: Quimera filmes, 2009.

SANTANA, Elaine C. S. **A Vitalidade e Segurança dos Espaços Livres**. Um novo eixo paisagístico para o Bairro Bento Ferreira. Trabalho de Conclusão de Curso, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Vila Velha, 2015.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 1 v.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2008.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA – SEMPLA. **Vila Velha em dados: Perfil Socioeconômico por bairros: estudos e pesquisas**, n.2. Vila Velha, 2013.

ZALUAR, Alba. Violência e crime. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: v. 1: antropologia. São Paulo: Sumaré: Anpocs; Brasília: Capes, 1999. p. 13-107.

SCHECAIRA, Sérgio S. **Criminologia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

ANEXOS

ANEXO1 – - Crimes contra o Patrimônio na Av. Champagnat – 2013.



Fonte: SESP/GEAC (2016)

ANEXO 3 – Crimes contra o Patrimônio na Av. Champagnat – 2015.



Fonte: SESP/GEAC (2016).

ANEXO 4 - Crimes contra a Pessoa- Av. Champagnat – 2013



Fonte: SESP/GEAC (2016)

ANEXO 5 - Crimes contra a Pessoa- Av. Champagnat - 2014



Fonte: SESP/GEAC (2016)

ANEXO 6 - Crimes contra a Pessoa- Av. Champagnat – 2015



Fonte: SESP/GEAC (2016)

APÊNDICE

APENDICE 1 – Modelo do questionário aplicado

Questionário Anônimo

Este questionário faz parte da pesquisa desenvolvida pelo Mestrando Amauri Rezende para o Mestrado de Segurança Pública da Universidade Vila Velha e visa avaliar a percepção de segurança promovida pelo sistema de vídeo monitoramento eletrônico na Avenida Champagnat compreendido entre o nº 645 (Rua prof. Telmo S. Torres) e 190(Av. Hugo Musso).

1. Como você avalia a segurança no trecho da Avenida Champagnat indicado acima?

- muito segura
- segura
- insegura
- muito insegura

2. Em relação à sensação avaliada na pergunta anterior, esta:

- melhorou nos últimos 3(três) anos
- piorou nos últimos 3 (três) anos
- se manteve a mesma nos últimos 3 (três) anos

1. A que você atribui esta sensação?

4. Você sabia que existe um sistema de videomonitoramento instalado em sua rua?

- sim
- não

5. Como você avalia a eficiência deste videomonitoramento?

- melhorou a segurança do bairro
- Ajudou a reprimir a criminalidade, mas não é suficiente
- não muda nada, apenas registra os crimes
- outro (especificar)-----

6. Você se sente vigiado pelas câmeras de videomonitoramento?

- sim
- não

7. Você acredita que o uso das câmeras, por parte das autoridades, teria outra finalidade além do intuito de promover a segurança, como por exemplo:

- a) Vigilância do cotidiano dos cidadãos(sim (não
- b) Controle sobre o comportamento dos cidadãos(sim (não
- c) Cerceamento da liberdade dos cidadãos(sim (não
- d) Outro (Especificar: _____

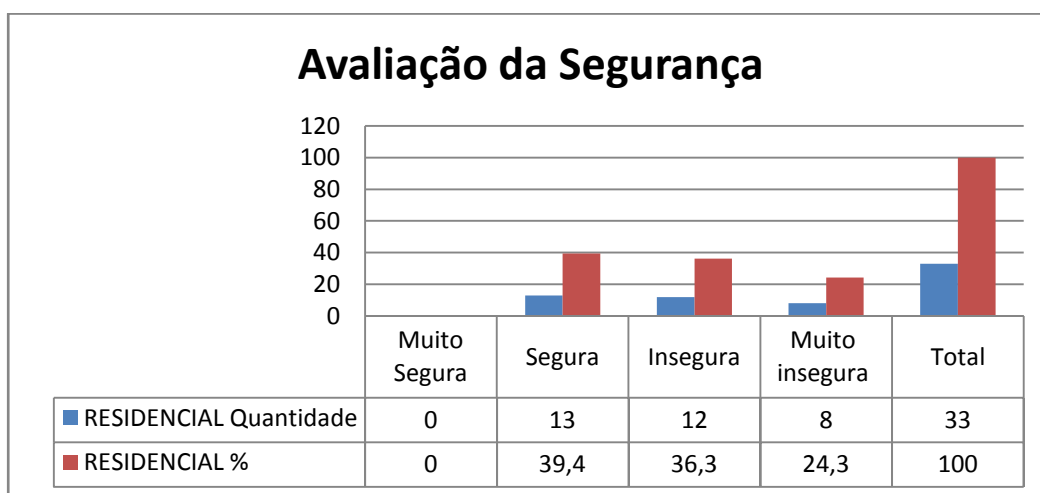
8. Em sua opinião, o que é necessário para promover a segurança no entorno de onde reside ?

APENDICE2

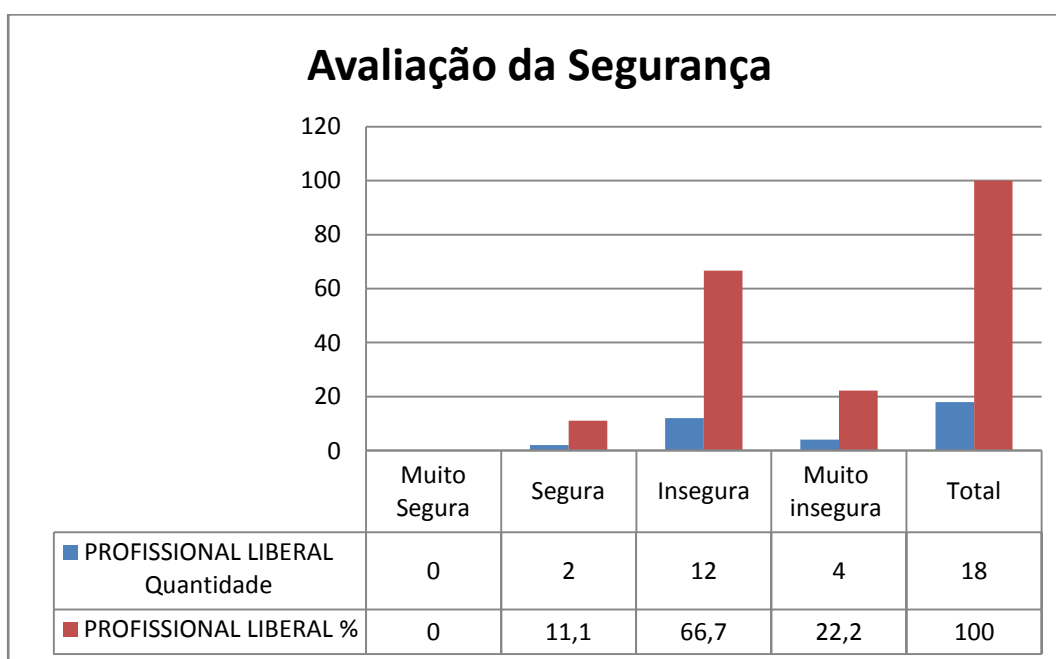
GRÁFICOS – QUESTIONÁRIO ANÔNIMO

QUESTÃO 1: Como você avalia a segurança no trecho compreendido entre a Rua prof. Telmo S. Torres (esquina do Supermercado Carone) e Av. Hugo Musso

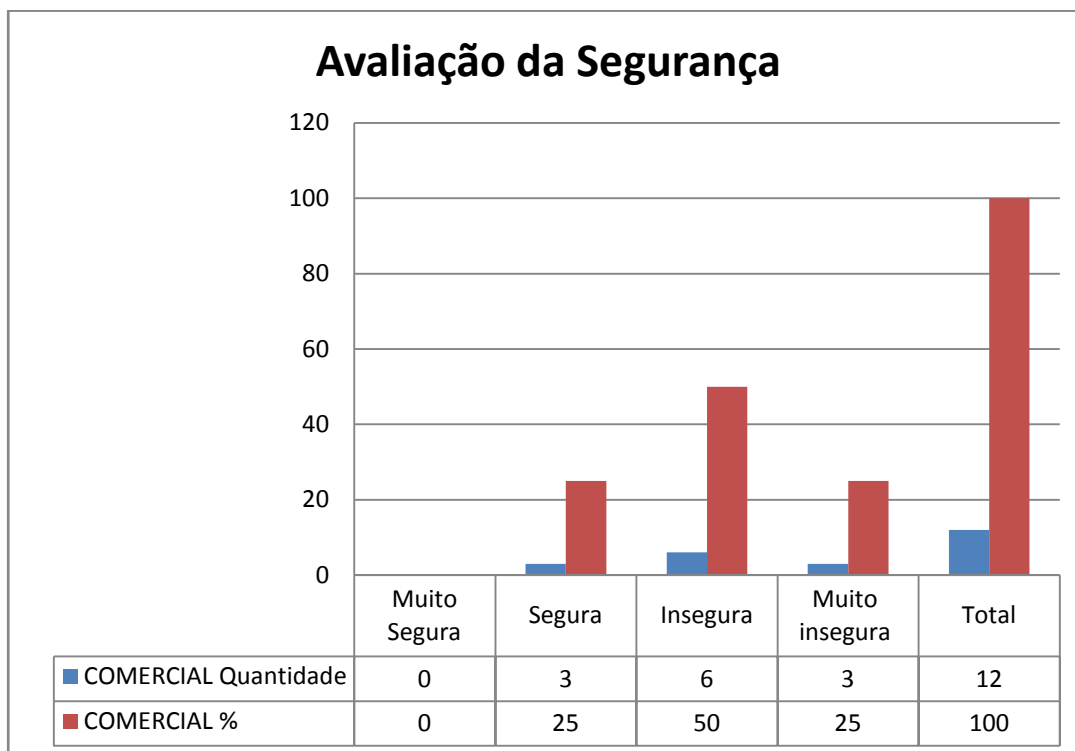
1.1 SEGMENTO: RESIDENCIAL



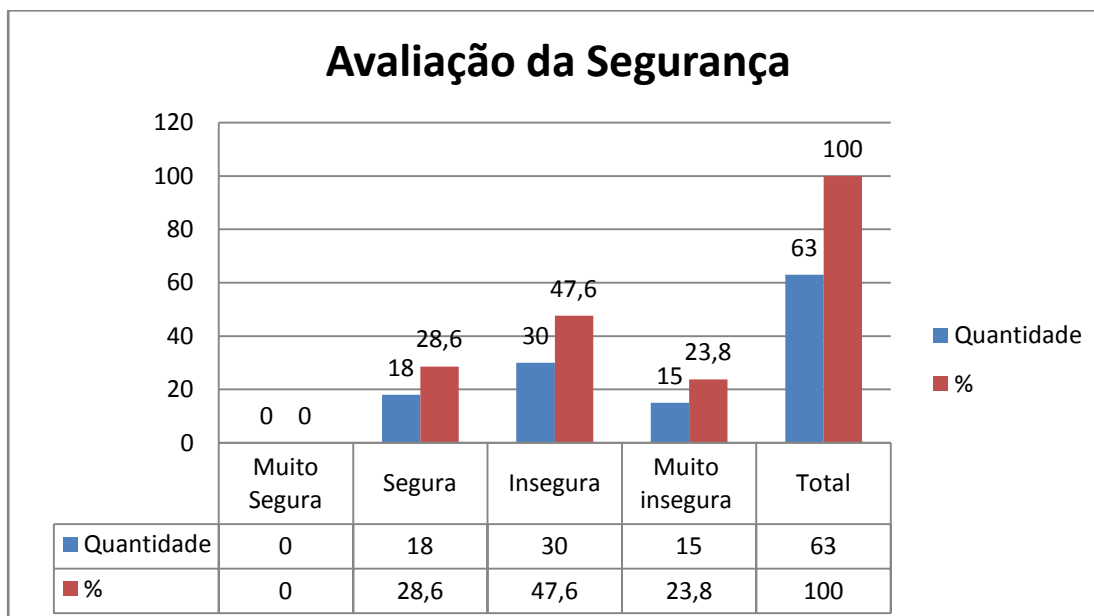
1.2 SEGMENTO: PROFISSIONAL LIBERAL



1.3 SEGMENTO: COMERCIAL

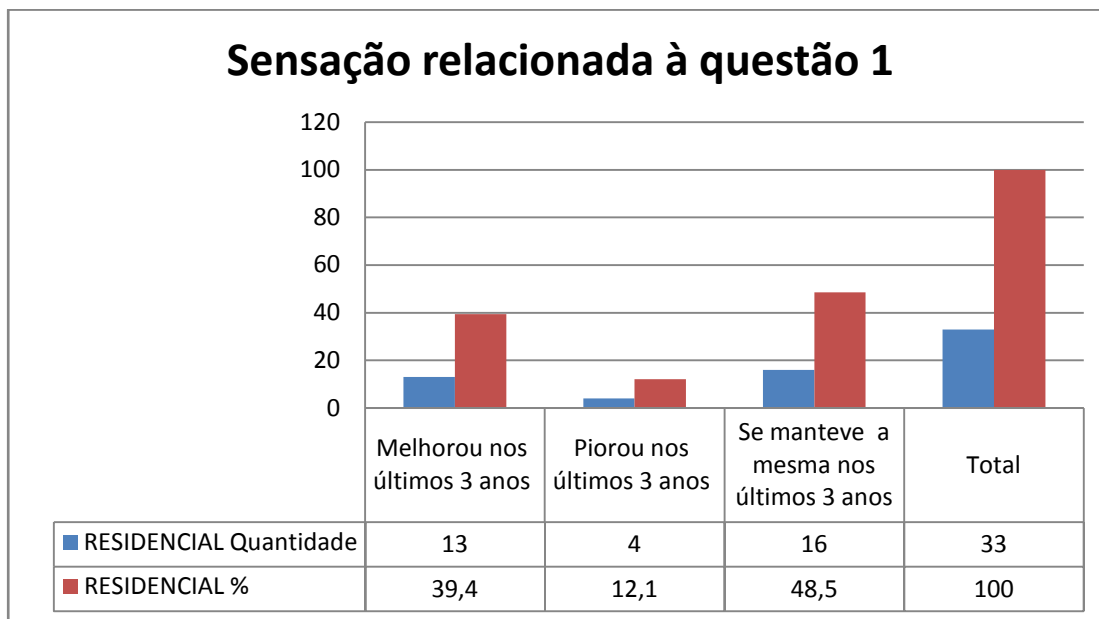


1.4 TODOS OS SEGMENTOS

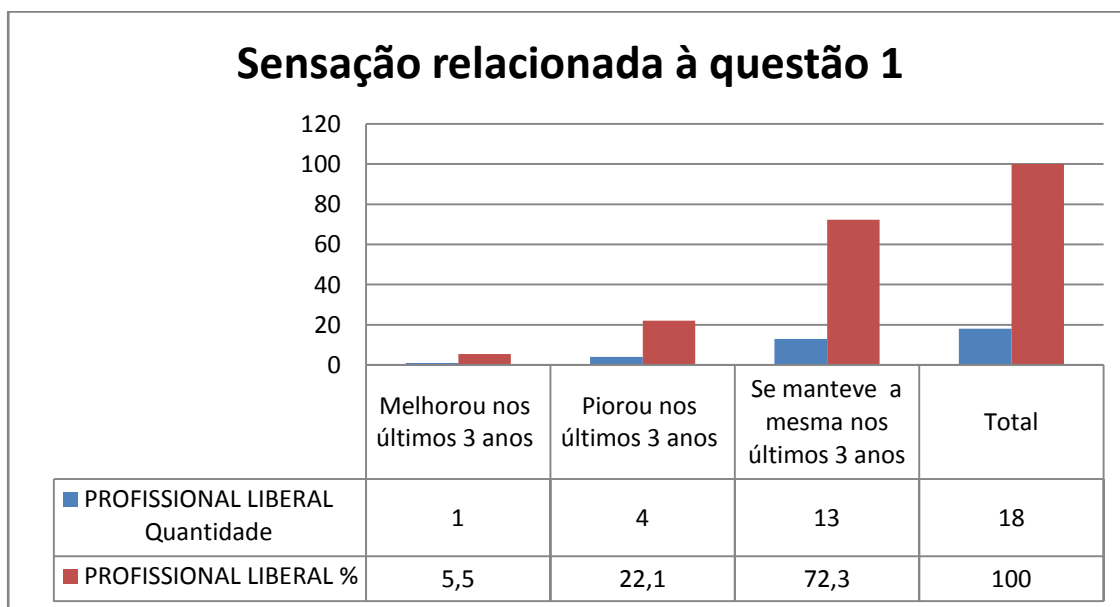


QUESTÃO2 : Em relação à questão anterior qual sua sensação?

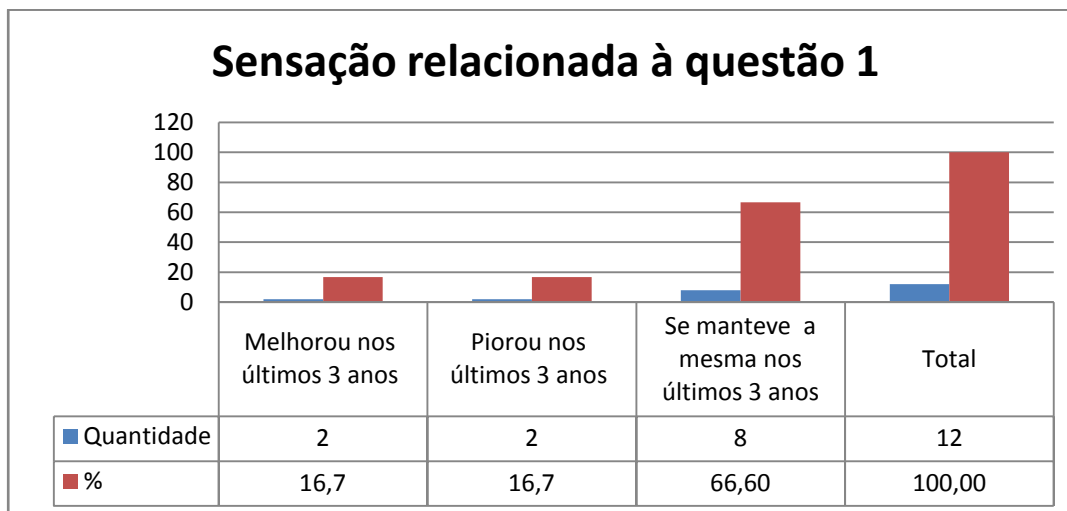
2.1 SEGMENTO: RESIDENCIAL



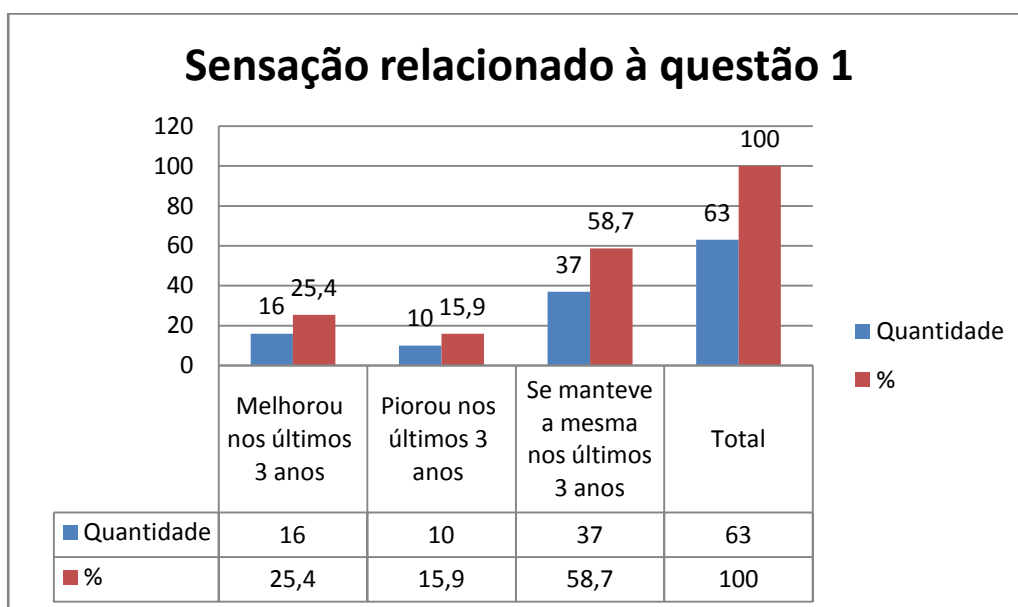
2.2 SEGMENTO: PROFISSIONAL LIBERAL



2.3 SEGMENTO: COMERCIAL

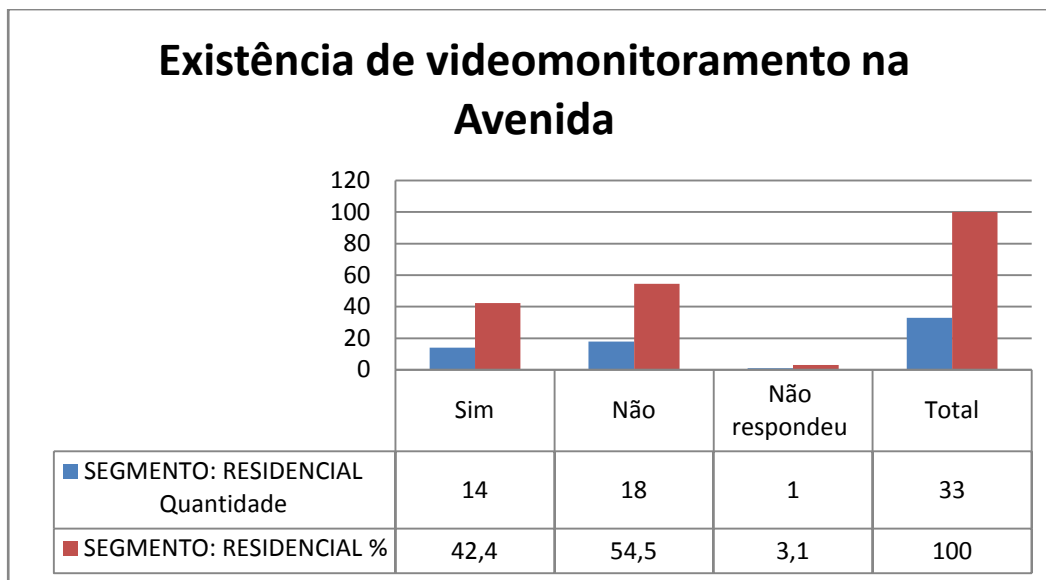


2.4 TODOS OS SEGMENTOS

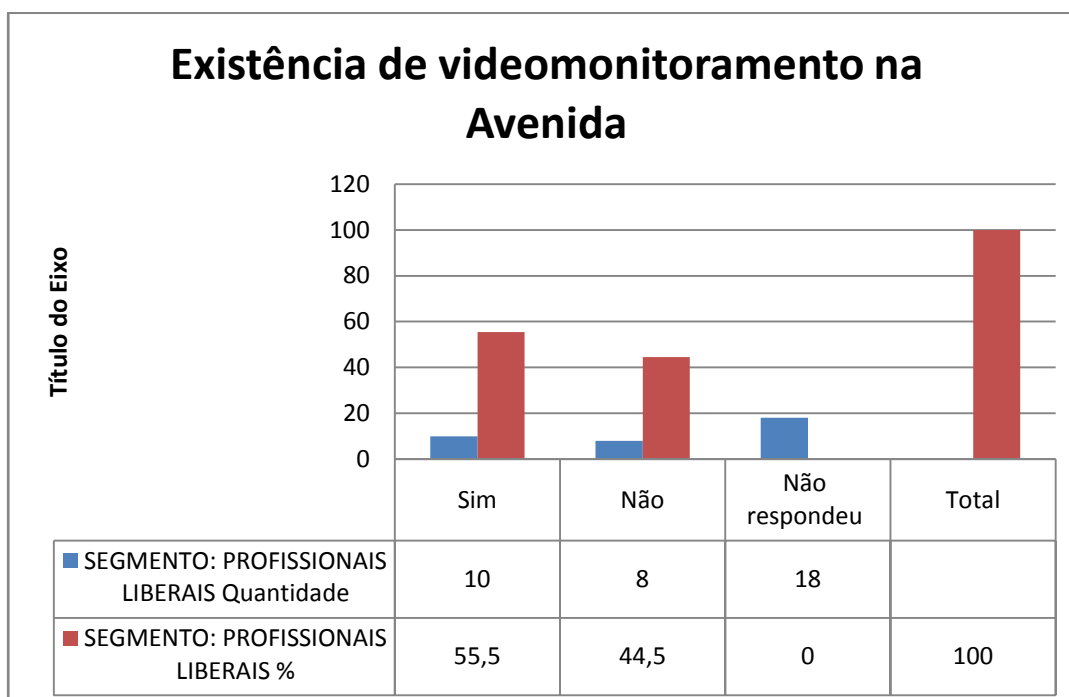


QUESTÃO 4 :Você sabia que existe um sistema de videomonitoramento instalado em sua rua?

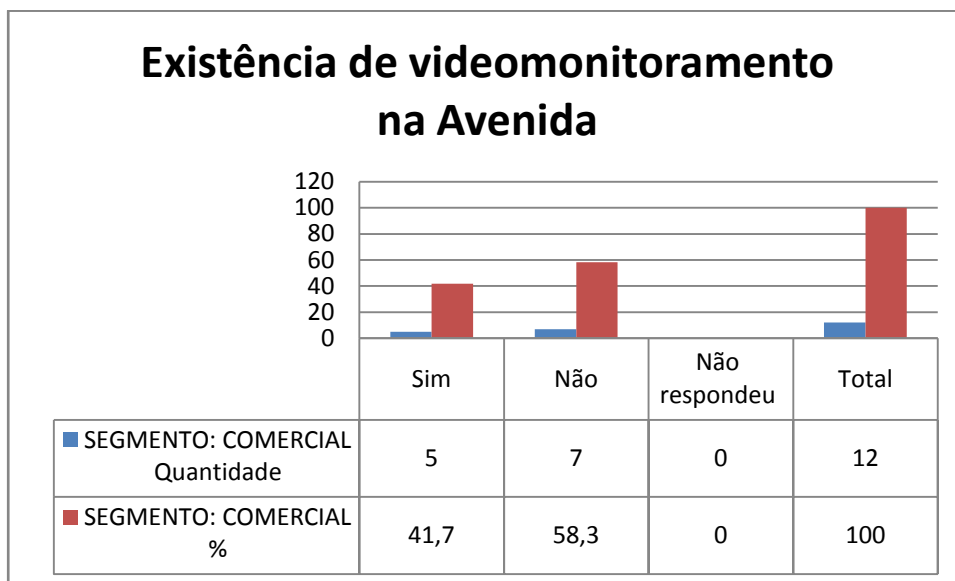
4.1 SEGMENTO: RESIDENCIAL



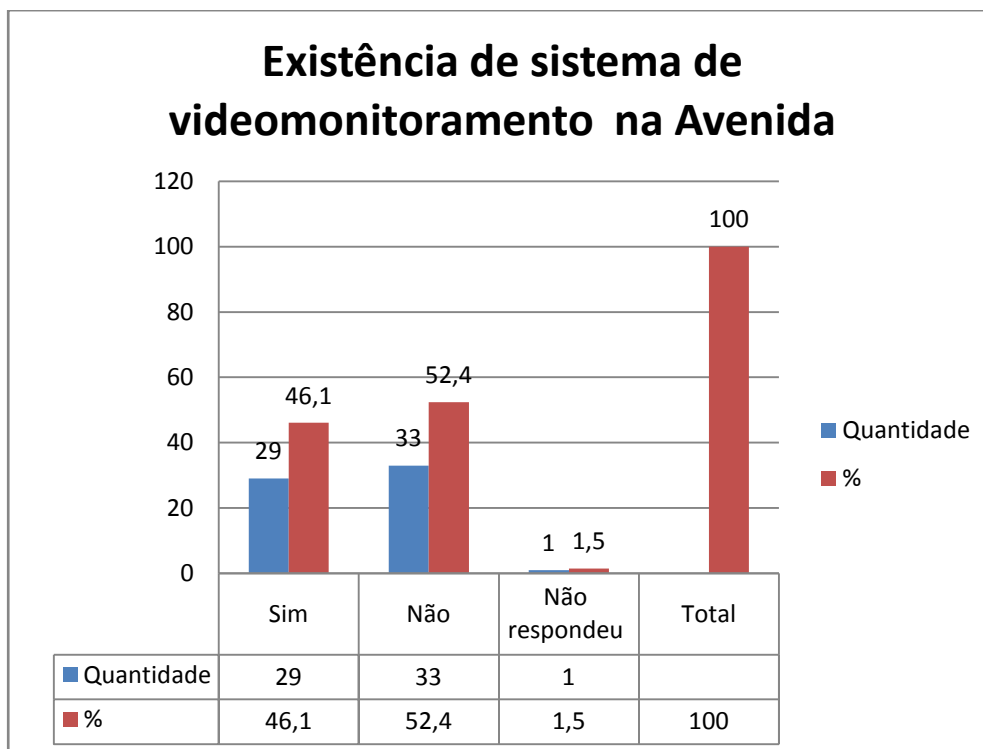
4.2 SEGMENTO: PROFISSIONAL LIBERAL



4.3 SEGMENTO: COMERCIAL

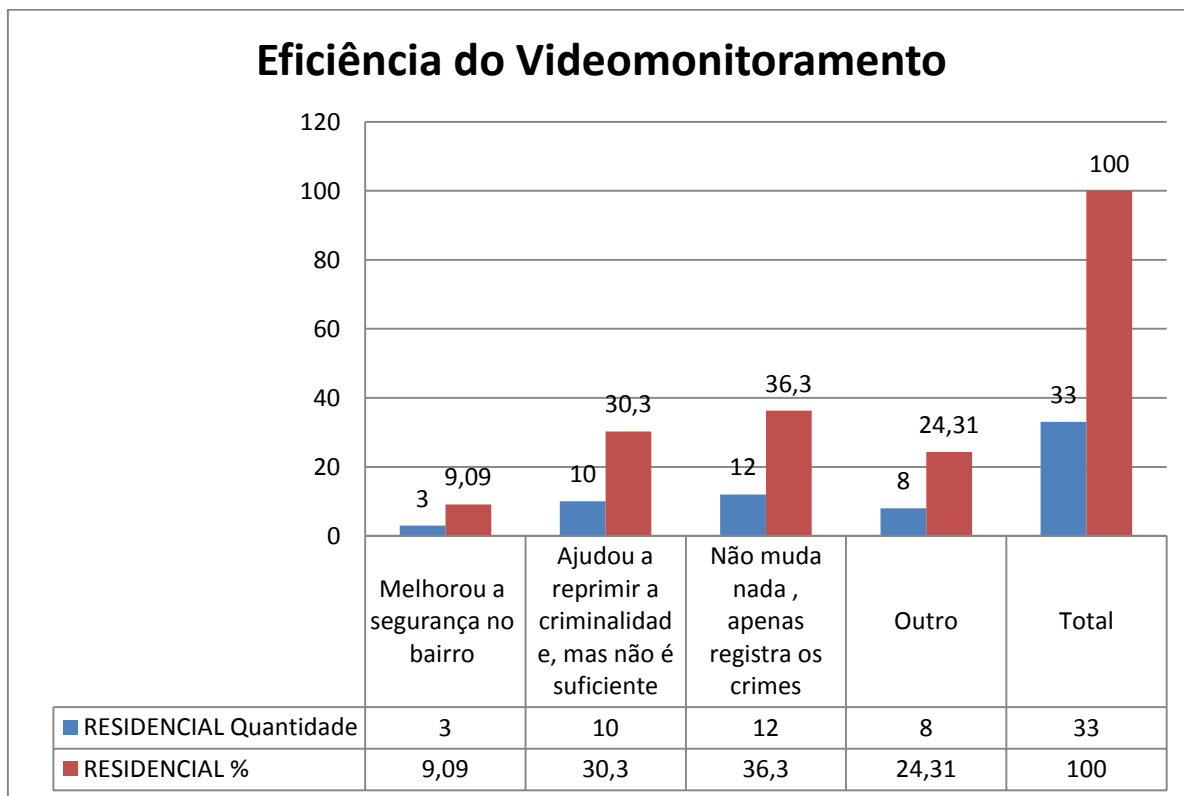


4.4 TODOS OS SEGMENTOS

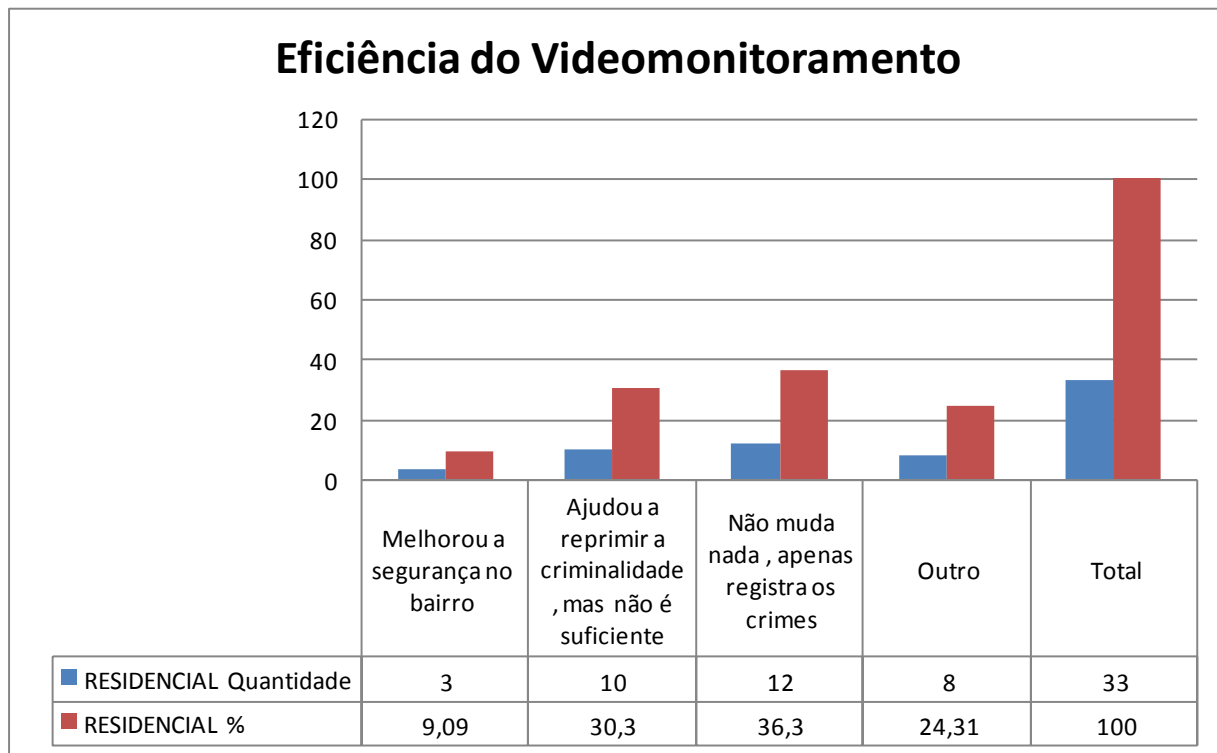


QUESTÃO 5: Como você avalia a eficiência deste videomonitoramento?

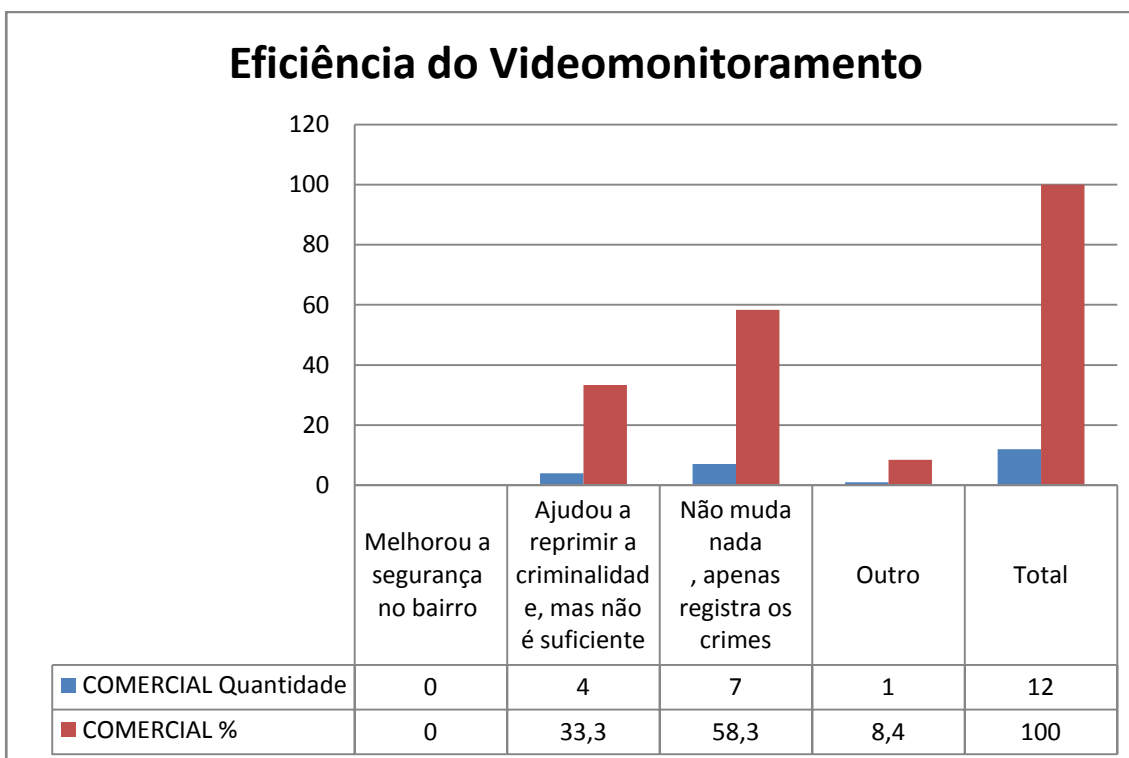
5.1 – SEGMENTO:RESIDENCIAL



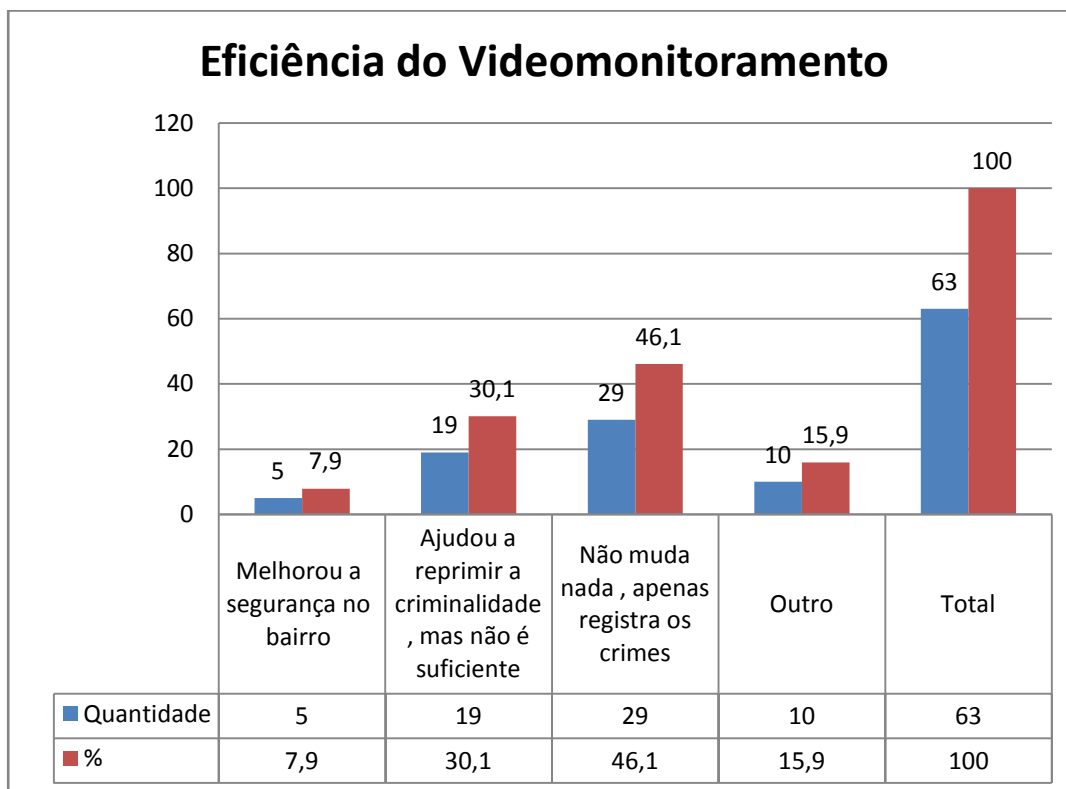
5.1 – SEGMENTO:PROFISSIONAL LIBERAL



5.3 – SEGMENTO: COMERCIAL

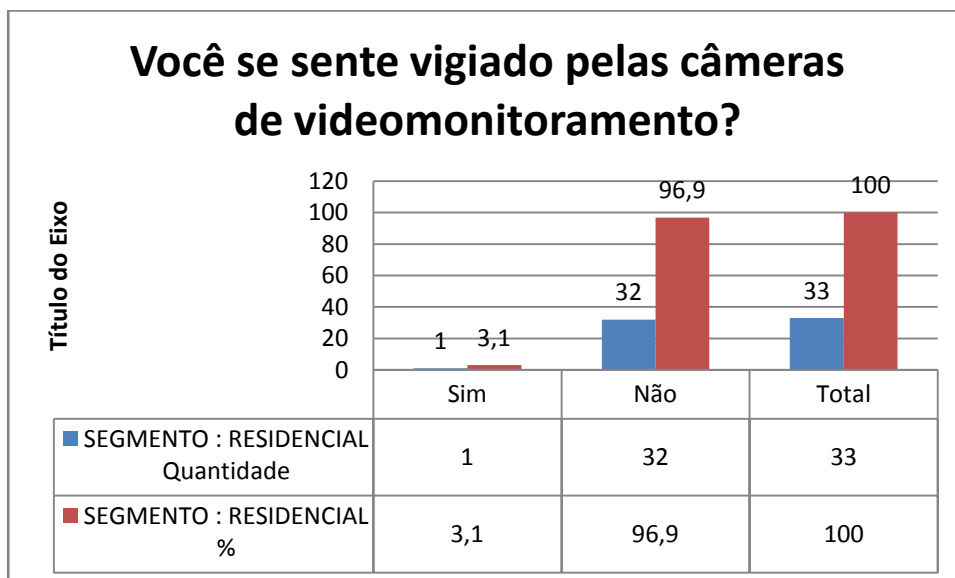


5.4 TODOS OS SEGMENTOS

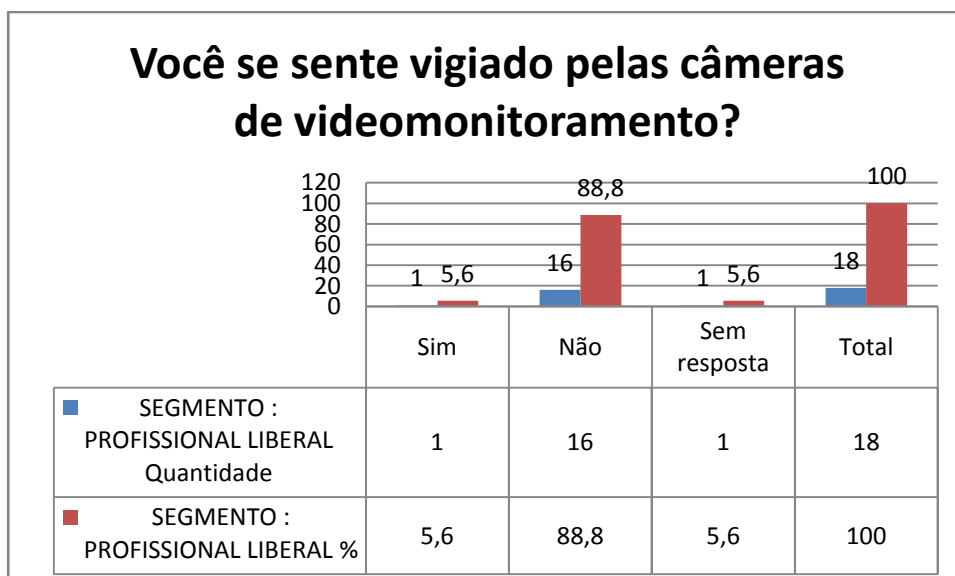


6. Você se sente vigiado pelas câmeras de videomonitoramento?

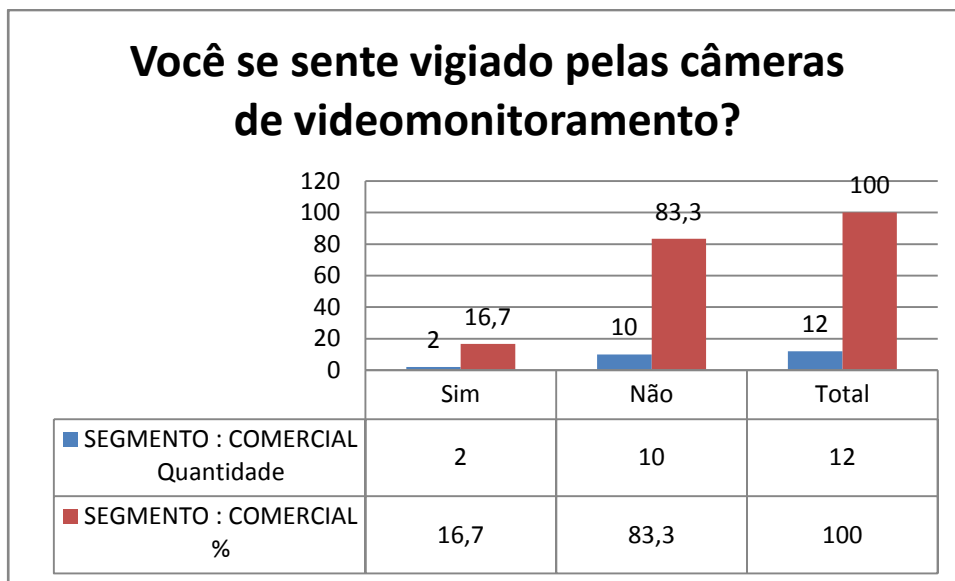
6.1 SEGMENTO: RESIDENCIAL



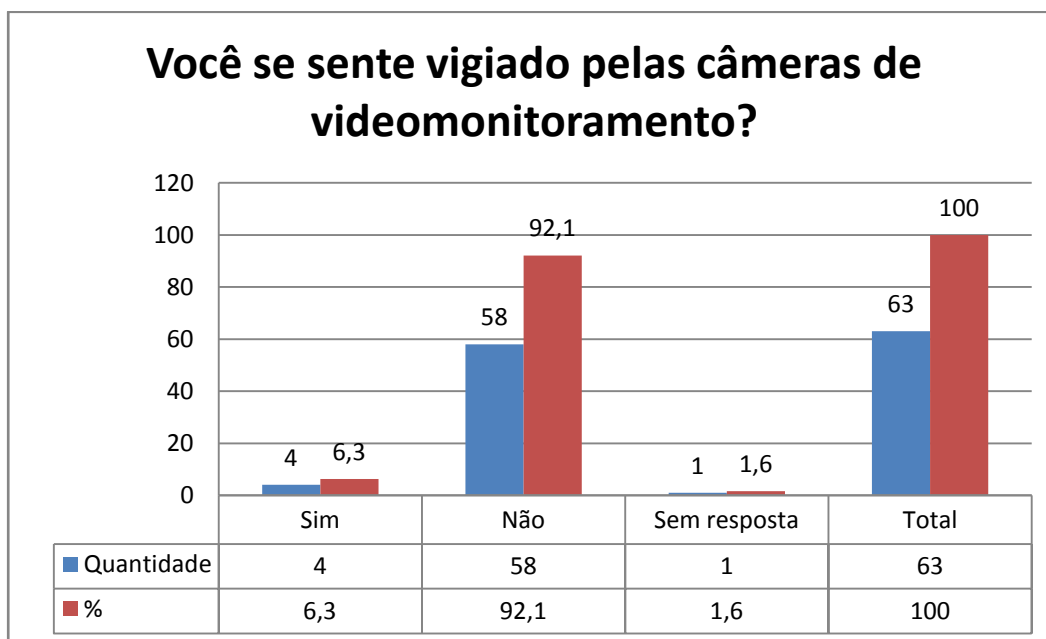
6.2 SEGMENTO: PROFISSIONAL LIBERAL



6.3 SEGMENTO: COMERCIAL



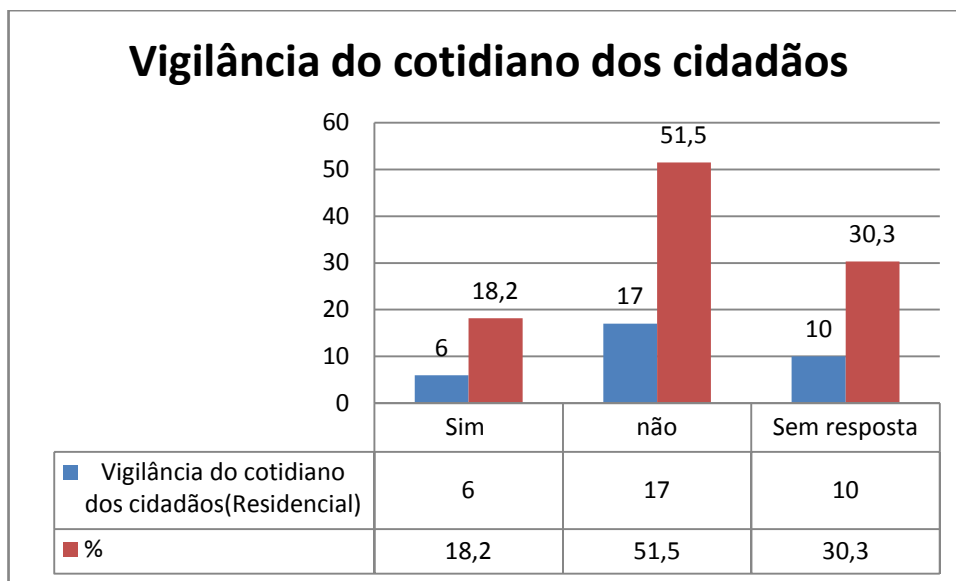
6.4 TODOS OS SEGMENTOS



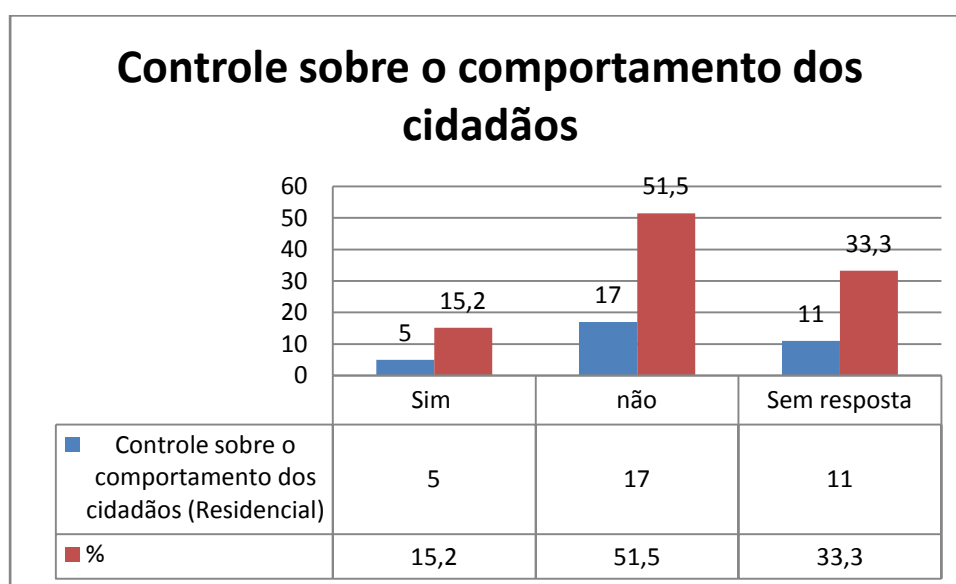
7. Você acredita que o uso das câmeras , por parte das autoridades , teria outra finalidade além do intuito de promover a segurança , como por exemplo :

7.1 SEGMENTO: RESIDENCIAL

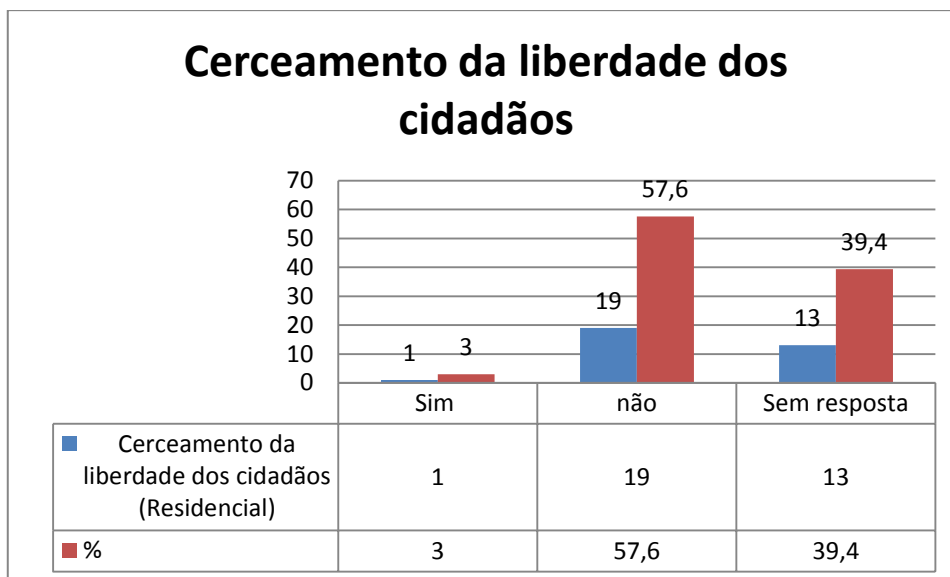
a)



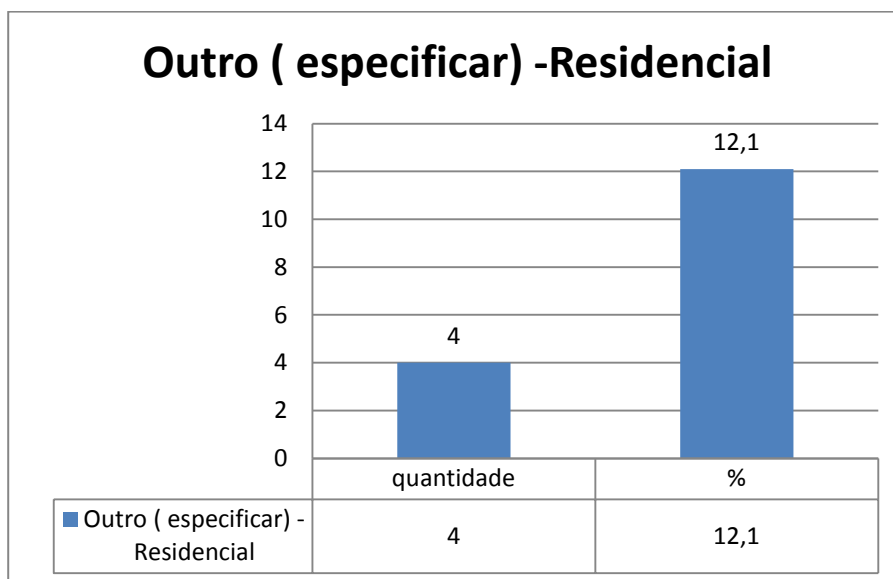
b)



c)

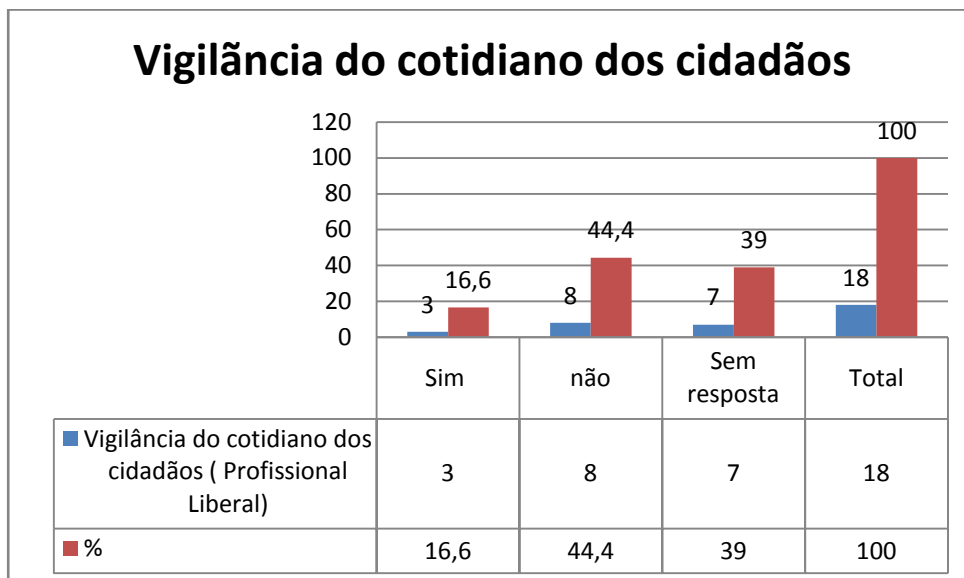


d)

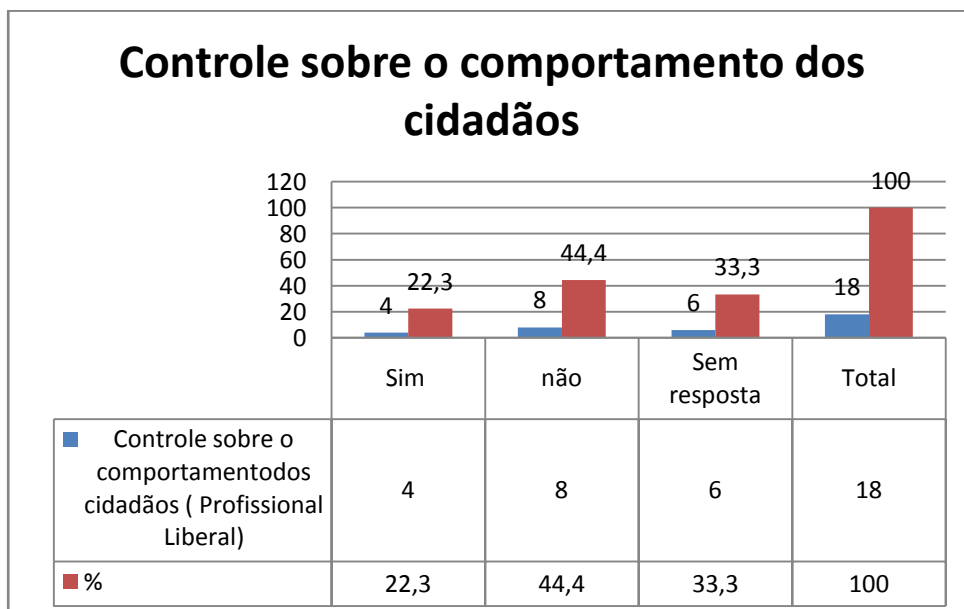


7.2 SEGMENTO :PROFISSIONAL LIBERAL

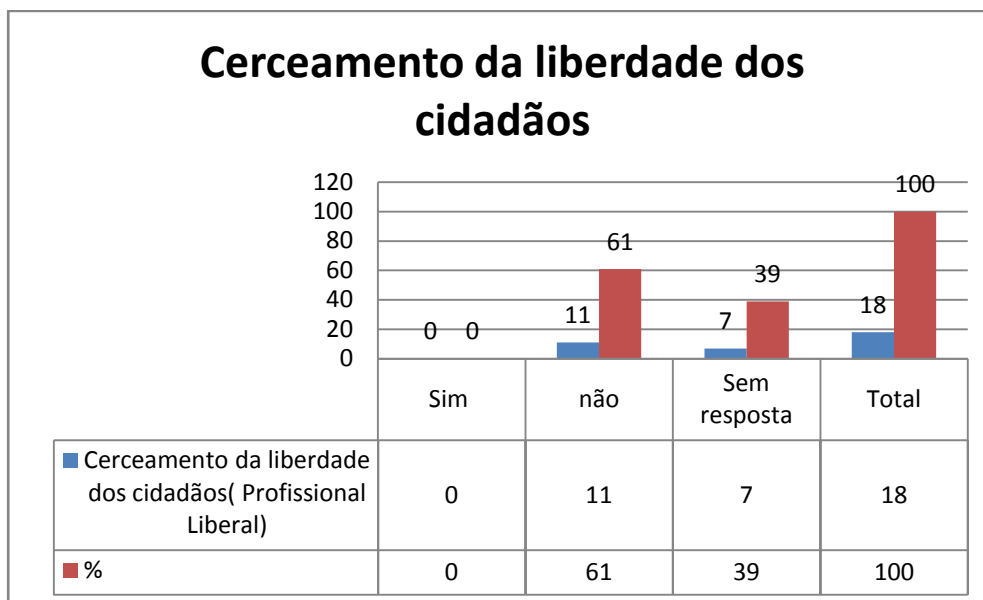
a)



b)

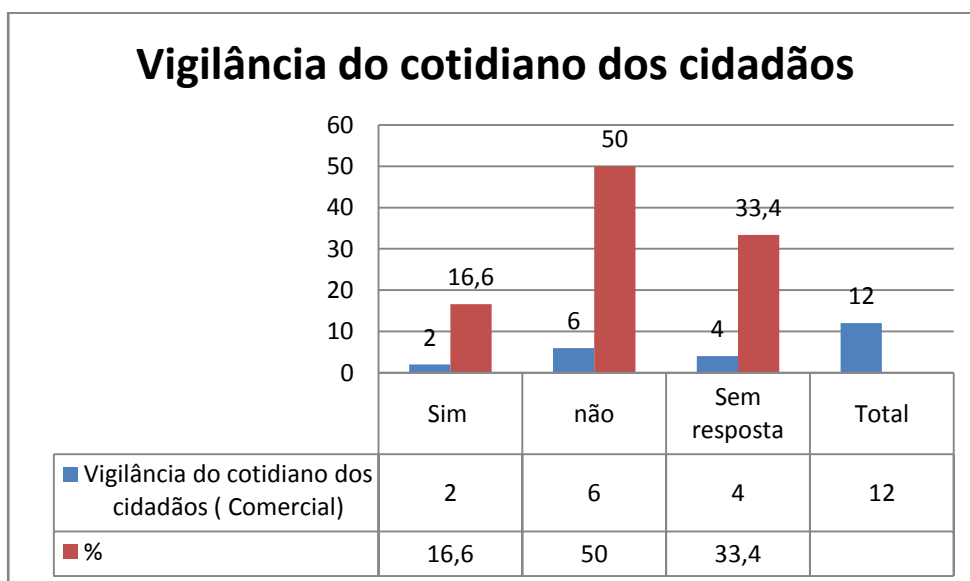


c)

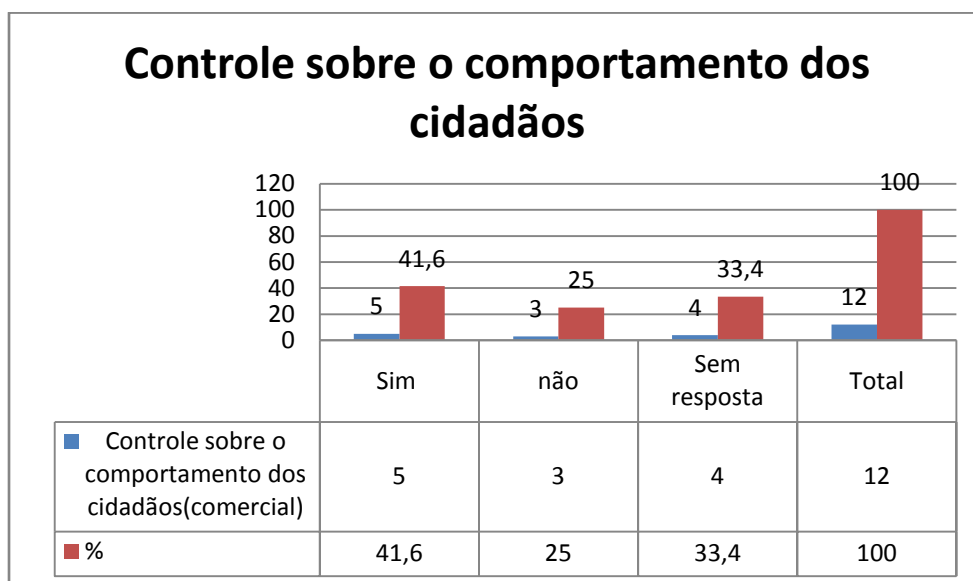


7.3 SEGMENTO COMERCIAL

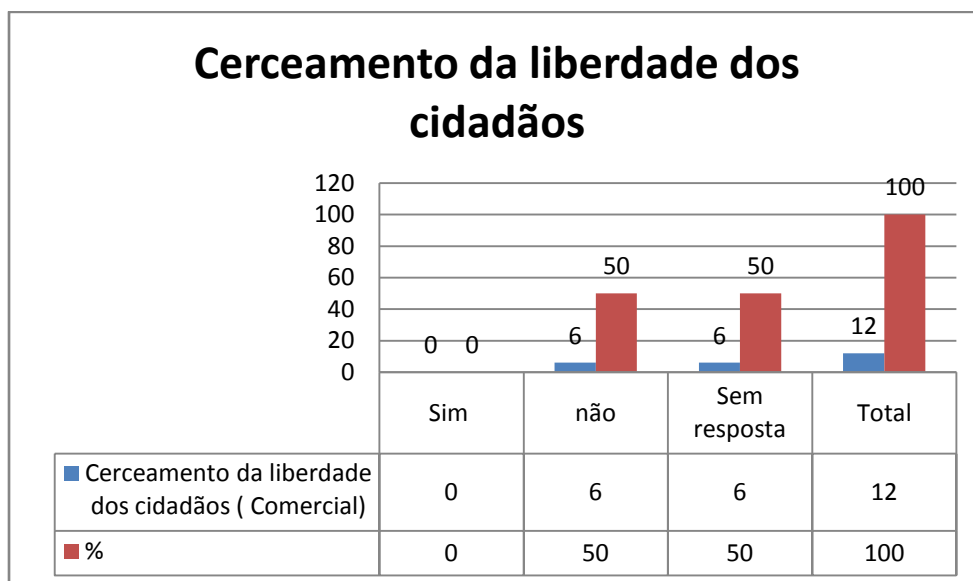
a)



b)



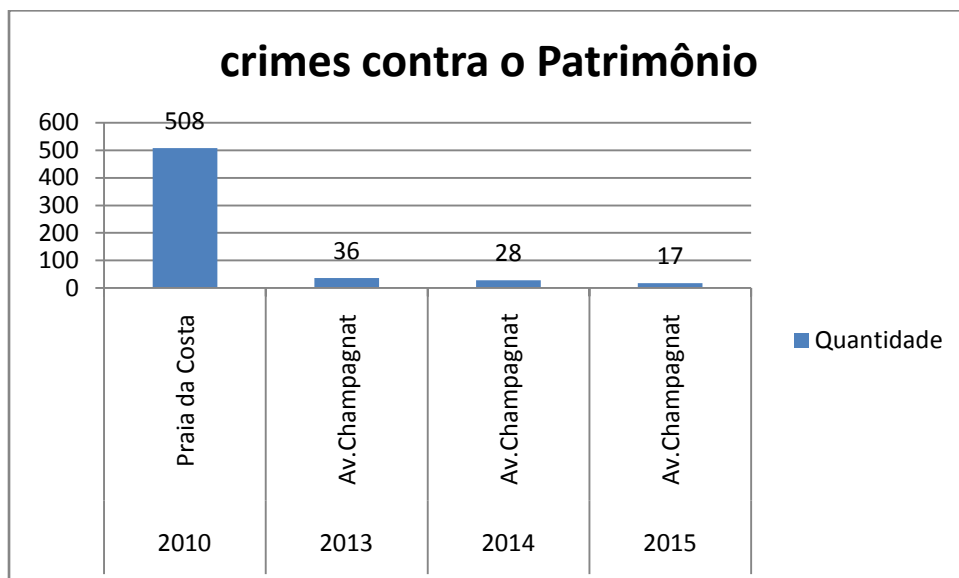
c)



GRÁFICOS – MAPA DO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA

A. GRÁFICO DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Ano	Local	Quantidade
2010	Praia da Costa	508
2013	Av.Champagnat	36
2014	Av.Champagnat	28
2015	Av.Champagnat	17



A. GRÁFICO DE CRIMES CONTRA A PESSOA

CRIMES CONTRA A PESSOA		
ANO	LOCAL	quantidade
2010	Praia da Costa	18
2013	Av. Champagnat	2
2014	Av. Champagnat	5
2015	Av. Champagnat	0



APENDICE 3

ENTREVISTA COM SECRETÁRIO DE PREVENÇÃO, COMBATE À VIOLÊNCIA E TRÂNSITO – DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA – ES – TENENTE CORONEL DA POLÍCIA MILITAR ALEXANDRE RAMALHO, FEITA PELO MESTRANDO AMAURI GONÇALVES REZENDE COMO PARTE DA PESQUISA DESENVOLVIDA PARA O MESTRADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE VILA VELHA - UVV

1. Por que implantar um sistema de videomonitoramento nesta região?

R: O principal objetivo desta região especificamente são os crimes contra o patrimônio, a uma grande reclamação da comunidade de roubos, de furtos. E a tentativa é exatamente essa de colocar a câmera para tentar identificar essas pessoas, quer seja no momento do cometimento do crime ou até mesmo para que essas imagens possam subsidiar a autoridade e a polícia judiciária diante de um inquérito, diante de uma apuração de um crime qualquer.

2. O espaço geográfico interfere na gestão territorial da segurança e na própria definição da localização dos sistemas de videomonitoramento?

R: Sim, tanto o espaço geográfico que a composição dele compreendida pelas lojas, residências, comércio atuante. Como no complexo mais afastando um pouco do que você está falando, mais no polo industrial da Glória, são locais importantes para a gente ter essa câmera para poder aumentar essa sensação de segurança ao comerciante, ao residente, a pessoa que circula naquele local, bem como ao infrator, o infrator ao olhar a câmera ele temer que algo poderá ser gravado e poderá ter sua identidade alcançada e a partir daí responder por algum crime. Muito embora isso cada vez mais no Brasil está caindo em descrédito porque a legislação não consegue alcançar essas pessoas com a eficácia que a população deseja, então muitas vezes nós temos a imagem, fornecemos a imagem para a autoridade de plantão, mas isso não consegue no final das contas, no final da apuração efetivar a prisão prolongada desse indivíduo para que ele não venha mais cometer atos contra população, a comunidade local.

3. Secretário, o número de câmeras é suficiente para atender ao município de Vila Velha?

O problema das câmeras é que temos também não só a locação das câmeras, mas um gasto público municipal que é a colaboração da prefeitura com a segurança pública, que é a manutenção de funcionários para monitorar essas câmeras, então nós nos dividimos em turnos de serviço de 24 horas em que as câmeras funcionam. Temos hoje 98 câmeras monitoradas pelo município de Vila Velha, estamos recebendo mais cem do projeto edital do governo do estado para ser implantadas também no município, então teremos em torno de 200 câmeras. Se você me perguntar se é o suficiente para os 95 bairros? Não, porque nos teremos bairros como a grande Terra Vermelha, nós vamos ter bairros como 1º de Maio, Santa Rita, agora aqui ao lado da UVV, Divino Espírito Santo, Boa Vista, bairros onde imperam a questão de tráfico de entorpecentes em várias ruas, várias becos, várias vielas e que talvez precisassem de mais câmeras, mas nisso a gente reforça a guarda municipal como nosso efetivo. Nós temos o apoio da polícia militar. Então assim, a questão não é só colocar câmeras, colocar por colocar não adiantaria, nós temos um gasto também com funcionários, mas acredito que as 200 câmeras hoje, no município de Vila Velha agregada a parceria com a polícia militar, a polícia civil e da guarda armada contratada pelo prefeito Rodney que chegará até julho no efetivo de 300 guardas, acredito que esse conjunto sim, seja o suficiente para dar uma resposta satisfatória ao cidadão e lembrando mais uma vez, as questões relativas à segurança pública não só é a competência desses homens a polícia militar, polícia civil e guarda municipal. Nós temos todo um conjunto de ação que tem que ser discutida no Brasil para que a legislação consiga alcançar essas pessoas.

4. Como o Sr. Avalia os resultados alcançados com a colocação dessas câmeras, especificamente em relação ao meu estudo que está limitado entre as ruas Prof. Telmo S. Torres (Esquina do supermercado Carone) e Av. Hugo Musso?

R: Eu não tenho dado concreto agora para fornecer ao senhor, poderíamos verificar a estatística, o que isso tem sido levantado nesse sistema. Quando o senhor me pergunta agora especificamente nesse ponto para 98 câmeras, eu não tenho a resposta concreta eu poderia enganar o senhor com uma resposta que o resultado está sendo fabuloso, sensacional, mas eu me proponho à levantar isso junto ao

videomonitoramento, esse setor específico, e qual é a demanda que isso gera para o nosso videomonitoramento, para nossa guarda municipal, para o CIODES da polícia militar, porque ao ser deflagrada qualquer situação esses agentes entrarão em situação. Eles irão direcionar um agente municipal da guarda ou irão jogar para um agente estadual da polícia militar, eu me proponho a levantar isso e complementar melhor essa resposta para o senhor.

5. Em sua opinião qual tem sido a reação da população em relação ao sistema de videomonitoramento? Vigiadados ou protegidos?

R: No início da implantação desse projeto, na gestão anterior do Dr. Rodney esse projeto foi muito bem aceito, muito bem visto, só que na sua concepção inicial não houve o aporte da sustentação técnica, de darmos o apoio quando a câmera dá defeito, a manutenção, não foi feito o contrato de manutenção. Então muitas câmeras em algumas áreas foram depredadas, foram destruídas, apresentavam problemas e o poder público municipal não conseguiram repor isso em tempo hábil, isso infelizmente gerou um descrédito para a população e então poderia entrar nesse termo do senhor “vigiadados ou protegidos?”, a população não teve sensação nenhuma. O que nós estamos tentando hoje é reverter esse quadro, hoje sim nós temos um contrato de manutenção que não é barato, diga-se de passagem, e um equipamento tecnológico que cobra muito do poder público municipal, quando uma câmera dessa é depredada, quando ela é danificada, quando ela apresenta algum problema técnico imediatamente, por força de contrato ela é reparada. Acredito que a ideia não é vigiar ninguém, principalmente um cidadão de bem, nós temos que proteger o cidadão de bem e aí sim vigiar o infrator, aquele que a gente já conhece que está na comunidade, que está em determinado bairro cometendo atos ilícitos, esses sim nós temos que vigiar justamente para proteger o cidadão de bem.

6. Como é feito o acompanhamento em termos de criminalidade nesse sistema integrado?

R: Nós temos o videomonitoramento controlado pela gestão municipal. Ali naquela sala, nós temos um canal direto com a polícia militar e guarda municipal via rádio, detectado qualquer problema nós vamos acionar a polícia militar ou guarda municipal. E também somos acionados pela polícia civil, pelo poder judiciário, pelo ministério público, quando de algum inquérito que eles necessitam de imagens. Nós

não temos também dados estatísticos, o que tem sido feito em termos de qualidade, a gente faz o monitoramento e serve de assessoramento a esses órgãos que eu citei.

Existe semanalmente ou quinzenalmente alguma reunião desse sistema integrado para variar, ao exemplo, o mês anterior em termos de cidade, de bairro?

Temos o gabinete de gestão integrado, que funciona aqui na prefeitura, funciona uma vez por mês, e conduzida pelo próprio prefeito. Nesse gabinete nós temos a presença da polícia militar, polícia civil, guarda municipal, poder judiciário e ministério público, receita federal, todos os secretários da prefeitura e lá sim nós apresentamos dados estatísticos do município de criminalidade, o GGIM (Gabinete de Gestão Integrada Municipal) não é só para tratar de assunto policial ou criminalidade, mas nos abrimos o GGIM apresentando dados da criminalidade e ali sim apresentamos esses dados também do videomonitoramento. De ocorrências que foram geradas em virtudes desse monitoramento, em virtude do operador ter detectado alguma coisa, então ali são compartilhadas essas informações.

7 – Tem sido dado algum feedback das informações fornecidas pelo sistema de videomonitoramento aos moradores, empresários e profissionais liberais que atuam em Vila Velha?

R: Começamos na nossa gestão a montar uma rotina de visitas com os líderes comunitários, de acordo com a conveniência de determinado bairro, convidamos para visitarem o videomonitoramento, justamente para quebrar aquela suspeita de que as câmeras estão quebradas, de que as câmeras não estão funcionando e lá nós apresentamos o videomonitoramento, apresentamos inclusive a câmera que está disponível no bairro, naquela comunidade que nos visita naquele momento. Então a gente está aberto a esse espaço, a gente não tem como fornecer isso mensalmente, pois as pessoas também tem seus compromissos, reunir comerciantes para falar sobre isso, apenas mostrar imagens, mostrar o que tem que ser feito, mas nós deixamos o vídeo aberto se essa for uma demanda da comunidade, obviamente, o líder representativo do comércio, do bairro, enfim, nós estamos de portas abertas para recebe-los e mostrar como que todo sistema nosso funciona e efetivamente demonstrar que as câmeras estão em pleno funcionamento.

- Então nesse caso ainda não existe uma reunião agendada oficial? Não.
- Mas existe uma possibilidade futura de ter? Fazemos com líderes comunitários, mas com comerciantes, talvez seja uma falha nossa precisamos aprimorar, mas efetivamente não temos essa reunião com esse público citado pelo senhor.

8 – Secretário, o Sr. acha que o sistema de videomonitoramento tem conseguido responder preventivamente no sentido de evitar a criminalidade e a violência focando na defesa e na promoção dos direitos da população?

R: Eu acredito que sim, eu acho um mecanismo muito importante, um mecanismo tecnológico de ponta. Um aporte importante para vigiar e proteger como o senhor mesmo mencionou na pergunta anterior a cidade, e nós estamos nos esforçando nesse sentido, uma responsabilidade do prefeito Rodney Miranda. A área policial entende isso como um avanço importante para o município e nós temos dado nossa contribuição para essa área. Agora sempre lembrando, cada vez mais os criminosos vem perdendo o medo de serem punidos pela legislação, isso vem ficando cada vez mais descrente por eles, então são cenas costumeiras as vezes a gente perceber que o infrator está cometendo seu ato tranquilamente em frente a uma câmera sem a preocupação de se será ou não identificado. Talvez por saber por dentro dele que aquilo efetivamente não vai dar em nada, então o que nós precisamos é fechar esse sistema e não colocar a responsabilidade só no videomonitoramento, na polícia militar, na guarda municipal ou na polícia civil que tem dado a sua contribuição, tem trabalhado muito, principalmente em Vila Velha uma união muito forte entre esses órgãos. Agora precisamos também efetivamente que tudo isso se reverta em punição, esses indivíduos tem que ser punidos, não estou dizendo sobre prisão perpétua, de pena de morte, nada disso, mas esses camaradas tem que sentir o peso da lei, para que eles se sintam também freados em cometer atos infratores, atos tão graves contra a sociedade e achar que aquilo efetivamente não vai dar em nada.